

DANIELI MENNITTI

**AS MULHERES NÃO TÃO SILENCIOSAS DE ROMA: representações do
feminino em Plínio, o Jovem (62 a 113 d.C)**

ASSIS

2015

DANIELI MENNITTI

**AS MULHERES NÃO TÃO SILENCIOSAS DE ROMA: representações do
feminino em Plínio, o Jovem (62 a 113 d.C)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências e Letras de Assis –
UNESP – Universidade Estadual Paulista
como requisito para a obtenção do título de
Mestra em História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Orientador (a): Dra. Andrea Lúcia Dorini de
Oliveira Carvalho Rossi

ASSIS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Mennitti, Danieli

M547m

As mulheres não tão silenciosas de Roma: representações do feminino em Plínio, o Jovem (62 a 113 d.C) / Danieli Mennitti. - Assis, 2015.

83 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr^a Andrea Lúcia D.O. Carvalho Rossi

1. Mulheres na literatura. 2. Feminismo - História. 3. Mulheres na vida pública - Roma. 4. Relações de gênero. I. Título.

CDD 937

Agradecimentos

Essa dissertação de mestrado foi possível graças não somente ao meu esforço pessoal, mas à ajuda direta ou indireta de várias pessoas. Agradeço particularmente:

- à minha mãe Maria Ivone e meu irmão Marcos, os quais sempre me apoiaram e ajudaram. Se não fosse por eles, o caminho trilhado até aqui seria muito mais árduo;
- à minha orientadora Doutora Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, a quem admiro muito e chamo carinhosamente de “Domina”, pela orientação, carinho e paciência indispensáveis ao meu mestrado e também enquanto pessoa.
- à CAPES, pelo apoio financeiro.
- aos queridos colegas do NEAM: Isadora, Abner, Benedito, Amanda, e demais que minha falha memória não permite lembrar, mas que certamente nutro apreço e gratidão pelas conversas e incentivo.
- às minhas amigas Rosiele, Tatiele, Fernanda, Ariane Peinado, Kassiana, Vanessa, Lígia, pelas quais nutro uma grande amizade e carinho, porque sempre me apoiaram, incentivaram.
- à Renata, que muitas vezes acreditou em mim e nas minhas capacidades, me instigava a ter mais disciplina, sempre me dando forças e me proporcionando muitos momentos ótimos, que me trouxeram mais leveza para atravessar esse momento difícil de elaboração da dissertação.
- à minha amiga Samara, pelo apoio, carinho e força e por vezes ver em mim um potencial maior do que eu mesma via.
- ao professor Doutor Nelson Bondioli, que me ajudou muito na época de iniciação científica, proporcionando toda a base de conhecimento necessária não apenas para a mesma, mas para o trabalho de pesquisa até o momento.
- à professora Doutora Lourdes Conde Feitosa, que me acompanha desde a iniciação científica na graduação, pela participação e observações feitas no Exame de Qualificação.

MENNITTI, Danieli. **As mulheres não tão silenciosas de Roma: representações do feminino na literatura em Plínio, o Jovem**. Assis, 2015.83p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Resumo

Essa pesquisa visa compreender as representações do feminino em Plínio, o Jovem, a partir da perspectiva das teorias feminista e de gênero, produzida entre 62 d.C. até aproximadamente 113 d.C. Essas representações são analisadas com o intuito de promover uma revisão historiográfica sobre as mulheres romanas. O principal objetivo é analisar a representação dos papéis sociais e culturais exercidos pelas mulheres romanas, sendo essas elaboradas por homens, sob os pressupostos de uma sociedade patriarcal e masculina.

Palavras-chave: mulheres; gênero; espaço público; espaço privado; casamento; maternidade; sexualidade; moral; Patriarcado

MENNITTI, Danieli. **The Not So Quiet Women of Rome: representations of feminine on Pliny, the Younger**. Assis, 2015.83p. Dissertation (Master in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Abstract

This research aims to understand feminine's representations in trajanic literature, by feminist and gender theories, between 62 AD – 113 AD. These representations are analyzed with the aim of promoting a historiographical review on the Roman women. The main objective is to analyze the representation of social and cultural roles exercised by roman women, being these compiled by men, under the assumptions of a patriarchal and masculine society.

Keywords: women; gender; public places; private places; marriage; maternity; sexuality; moral; Patriarchy

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – Literatura, História e as mulheres.....	14
1.1 - As relações entre História e Literatura.....	14
1.2 - Literatura Trajânica: Plínio, o Jovem.....	19
1.2.1 - Plínio, o Jovem, sua obra e contexto.....	20
1.2.2 - Cartas, um gênero literário.....	21
1.3 - Representações de gênero e das mulheres na historiografia.....	22
Capítulo 2 – As mulheres romanas na História	44
2.1- O período trajânico e a literatura: organização e estrutura imperial.....	44
2.2- O estoicismo e sua influência nos princípios morais do império romano.....	47
2.3 - A moral sexual romana	49
2.4 – Cidadania em Roma.....	52
Capítulo 3 – As mulheres de Roma	55
3.1 – Casamentos, maternidade e as representações sobre as mulheres ideais em Roma.....	55
3.2 – Mulheres exemplares e suas representações em Plínio, o Jovem.....	59
3.3 - As mães de Plínio.....	69
Considerações finais.....	71
Referências.....	75

Introdução

I-1 – Discursos, gênero e mulheres

O estudo sobre a questão das mulheres na Antiguidade já vem se consolidando, há algumas décadas, como um tema pertinente e relevante. Os demais temas, como política, guerras, religião ainda são mais frequentes. Mas é inegável o crescimento da temática feminina para o entendimento da Antiguidade, principalmente nos estudos sobre a sociedade romana.

A historiografia, sendo ela mesma um discurso, relegava, até algum tempo atrás, relegava o estudo das mulheres para segundo plano, ou não se fazia presente no mesmo. Quando estes começaram a despontar nos trabalhos historiográficos, as visões eram por demais rígidas, generalizantes e que careciam de uma crítica mais aprofundada dos discursos produzidos pelas fontes.

Sempre houve uma forte presença feminina na literatura romana. A literatura cristalizou e congelou alguns tipos e perfis femininos (CITRONI, 2006). Contudo, decerto que não havia um tipo único, fixo e imutável de mulher vivendo em Roma. Havia mulheres de todas as categorias e classes, com as mais diversas características, individualidades e comportamentos.

O que se quer dizer é que o poder e suas relações com a sexualidade e os gêneros não se encaixam apenas dentro de um sistema ou caráter jurídico, não está vinculado apenas as questões oficiais, relacionadas as instituições, por assim dizer, formais da sociedade e/ou da lei, mas também está presente em outros discursos, como o discurso literário e nas relações interpessoais, nos espaços privados, na vida cotidiana. Nos dizeres de Foucault,

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte (2008, p.88).

Tendo em vista todo esse contexto da sociedade romana, seus esquemas de funcionamento, pode-se ver a sexualidade como um foco de disputa política, um assunto concomitantemente público e privado.

I-2- Epistemologias feministas e o estudo da História

Pensar sobre o meu próprio lugar na sociedade, enquanto mulher e historiadora, foi um mote para (re)pensar o lugar das mulheres na historiografia e na História. Nos dizeres de Marc Bloch (2002), o historiador parte do seu presente, buscando problematizar seu próprio tempo, e desse modo, busca analisar as sociedades que lhe antecederam.

Já há algumas décadas que estudos sobre as mulheres são realizados nas universidades. A efervescência dos movimentos sociais e nesse caso, dos movimentos feministas permitiu refletir sobre os lugares das mulheres na sociedade e na história. Esses debates influenciaram fortemente os debates sobre esse tema na academia.

Michelle Perrot, em um trabalho que já se tornou bastante notório, pensou, no decorrer desses debates, que a categoria mulher já era insuficiente para dar conta da diversidade de experiências e categorias femininas existentes na sociedade, já que as relações sexuais e sociais são dinâmicas e as mulheres viviam em constante contato com os homens (RAGO, 1998, p.1).

Era necessário problematizar as relações entre os gêneros. O gênero, como é de nosso conhecimento, é uma construção cultural e social pautada nas diferenças sexuais. Além disso, o que é atribuído como pertencente ao masculino ou ao feminino é variável de acordo com outros recortes sociais, como o de classe, étnico, etário, entre outros. Haveriam elementos específicos atribuídos ao gênero feminino (assim como ao masculino), porém estes eram mutáveis e flexíveis. O uso da categoria de gênero permitiu trazer novas luzes sobre as diversas dimensões da vida na sociedade.

A epistemologia feminista influenciou a História das Mulheres e a história como um todo, configurando-se como uma nova forma de analisar a sociedade trazendo reflexões e problematizações alternativas àquelas proporcionadas pela historiografia tradicional, a qual também não escapou de refletir uma ideologia masculina. É uma

nova teoria do conhecimento, que evidencia que a sexualidade tem papel importante na determinação das relações e práticas sociais.

Segundo Rago,

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscorso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p.3).

O próprio processo de construção das ciências sociais e os conceitos por eles trabalhados se originam a partir das questões de identidade e, justamente por isso, acabam excluindo a diversidade e o diferente (RAGO, 1998, p.4). O ponto de partida dessa ciência tradicional é a concepção universal de homem, que frequentemente faz alusão ao homem, branco, ocidental, europeu, marginalizando aqueles que não se enquadram nesse padrão (RAGO, 1998, p.4)

Tudo aquilo que é atribuído ao masculino é mais valorizado e visto como superior ao que é atribuído ao feminino, esse último sempre visto como menor, menos importante, inferior. Isso explica, por exemplo, o fato do espaço privado, considerado frequentemente como um lugar feminino, ser julgado como menos relevante que o espaço público, normalmente considerado como um lugar reservado aos homens e conseqüentemente, mais importante.

I-3 - (Re) pensando o público e o privado

Dois conceitos importantes para este trabalho são o de espaço público e espaço privado, necessários para entender como se configuravam uma parcela das relações de gênero na sociedade romana.

Hannah Arendt, em sua obra, “A condição humana”, mais especificamente no segundo capítulo, tece uma diferença entre o que faz parte da esfera pública e o que faz parte da esfera privada. Segundo Arendt (2010), quando entramos na modernidade, a

esfera pública é invadida pela esfera privada, o que permitiu que os assuntos pertinentes ao espaço privado ganhassem um maior destaque que em qualquer época anterior.

Originalmente, segundo Arendt, o termo privado fazia alusão a ideia de estar privado, impossibilitado ou carente de algo, conforme fica explícito no trecho abaixo:

Viver uma vida inteiramente privada significava, acima de tudo, está privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDR, 2010, p. 71).

Ficar em um espaço privado, nesse sentido, era ficar confinado a um lugar onde não seria possível uma participação plena nas atividades sociais, já que nesse espaço, o sujeito ficaria privado do convívio social e na vida em sociedade.

Conforme afirma Arendt (2010), mesmo que em sua origem o termo privado tenha esse significado, na Antiguidade Clássica a vida pública só era possível a partir do momento em que o sujeito tinha uma vida privada vivida em boas condições patrimoniais, com recursos, propriedade, um espaço doméstico adequado e em conformidade com os preceitos morais esperados no período.

Essa concepção de Arendt casa com o fato de que, na sociedade romana, a vida privada dos indivíduos devia ser conduzida de modo exemplar, pois um governo de si, em nível individual e particular, significava que este era capaz de exercer de forma correta suas atividades da esfera pública.

Habermas (1962) afirma que o conceito de espaço público está associado à liberdade e a convivência entre essas pessoas de condições livres, dotadas da possibilidade e capacidade de tomar decisões e participar das ações coletivas nesses espaços em comum.

Em termos políticos, para Habermas,

o espaço público designa o conjunto de lugares, mais ou menos institucionalizados, em que são expostas, justificadas e decididas as ações concertadas e destinadas politicamente. Orientada para a participação na deliberação colectiva, a acção em comum é regida pelas modalidades do agenciamento entre espaço social e espaço político, e portanto pelas formas da comunicação política. Em termos sociais, todavia, o espaço público designa a constituição de uma intersubjectividade prática, do reconhecimento recíproco como sujeitos, da ligação das pessoas e do encadeamento das suas acções na cooperação social (HABERMAS apud Martins, 2005, p.157)

Em outros termos: o espaço público seria o lugar de coexistência das instituições, destinadas a organizar e decidir os rumos políticos. As ações em conjunto são guiadas pelas formas de negociação entre o espaço social e o político. Mas este mesmo espaço público é composto de um diálogo e conexão entre as subjetividades, das relações entre os sujeitos que compõem esses espaços e a interlocução de suas ações para garantir o funcionamento do corpo social.

A epistemologia feminista permitiu repensar não só os paradigmas historiográficos, mas abordar as fontes sob uma perspectiva diferenciada, mostrando e desconstruindo um pouco da visão patriarcal e masculina sobre espaços públicos e privados e as representações das experiências femininas nestes espaços.

No primeiro capítulo abordamos os diálogos entre a história e a literatura e como esse diálogo pode ser frutífero para os estudos históricos, sobretudo os estudos da Antiguidade. Fizemos também uma apresentação da respectiva fonte e o gênero literário (nesse caso a carta) ao qual pertence. Apesar do gênero literário não ser um dos focos da pesquisa, foi importante para compreender os mecanismos de produção e distribuição do texto e qual a forma que o discurso literário foi construído dentro de um contexto específico. Realizamos uma discussão acerca do conceito de gênero e de representação, assim como das representações de gênero e das mulheres romanas na historiografia.

No segundo capítulo, fizemos um panorama do contexto histórico do período do Principado romano, que por conta das transformações ocorridas nele, permite vislumbrar uma representação diferenciada da anterior, a respeito das mulheres. Explanamos igualmente sobre o estoicismo e como este teve um papel de destaque na tessitura dos preceitos morais e na moral sexual. A cidadania também foi outro conceito trabalhado e vital para o entendimento do objeto, já que a participação, direta ou indireta na sociedade romana era algo almejado a fim de que a mesma progredisse e se mantivesse próspera.

No terceiro capítulo abordamos como os casamentos e a maternidade se configuravam na sociedade romana. Traçamos um panorama de como esses casamentos funcionavam no período anterior, quais as práticas e representações dominantes sobre

esses casamentos e como, com o advento do Principado, houve transformações nos modos de vivenciar esse casamento e como as mulheres eram representadas.

Fizemos uma análise aprofundada das cartas de Plínio, o Jovem, sendo ele significativamente representativo no que diz respeito às visões sobre o casamento e às mulheres romanas. Dentre os temas das cartas plinianas, estão o casamento, a maternidade e as mulheres das elites e assentamos nossas análises e reflexões sobre uma parcela das representações do feminino em Roma nas representações do feminino em Plínio, o Jovem.

Capítulo 1 – Literatura, História e as mulheres

Neste capítulo buscamos compreender e refletir sobre a importância da literatura, enquanto ferramenta de constituição de discursos, e construtora de elementos do imaginário, demonstrando sua relevância para o estudo historiográfico. Apresentaremos também os autores e suas respectivas obras, as quais foram analisadas na perspectiva das teorias de gênero, análise crítica de discurso e as teorias de representação. Fez-se ainda uma breve composição do contexto histórico ao qual as fontes são pertencentes e por fim uma análise historiográfica sobre as mulheres romanas.

1.1- As relações entre História e Literatura

A literatura é uma forma discursiva, onde pensamentos, princípios e anseios são inscritos. A literatura está sempre ligada à realidade da qual ela se origina. Segundo Mainguenu (2009), a literatura é um fenômeno no qual texto e contexto são indissociáveis. Ela é desse modo, um discurso e este, por sua vez, é uma prática social, cultural e política (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso literário é ambíguo, constituidor e constituinte das práticas, da “realidade”, é um meio de comunicação, uma ferramenta legitimadora de determinadas aceções.

Conforme diz Zélia Cardoso,

os textos literários são os principais elementos documentais que restaram da Antiguidade, em termos de depoimentos e informações verbais. E, ao tentar conhecer e compreender esse período histórico, deles não se pode abrir mão. (CARDOSO, 2010, apud PARRA, 2003, pág.64)

A literatura faz parte da sociedade, mas por se constituir também em um discurso, enquanto algo que está além do texto, do dito, rompe com a ideia de que ela “espelha” ou “reflete” um determinado contexto; ela transita entre um lugar e um não lugar, é um entre lugar (MAINGUENAU, 2009); neste sentido a literatura se situa entre a dita realidade e a completa ficção, dado que ela não é um “espelho” que reflete a realidade social, mas também não se cria ou se fundamenta no nada, pois ela parte desse contexto sociocultural para sua construção. A literatura “pode ser comparada a uma rede

de lugares na sociedade, mas não pode encerrar-se verdadeiramente em nenhum território” (MAINGUENAU, 2009, p.92).

É preciso pensar onde e de que modo o discurso literário se situa e dialoga não só internamente, mas também em relação aos demais discursos e práticas sociais. Nesse sentido, a Análise de Discurso nos possibilita enxergar o quanto e como os demais discursos estão presentes no discurso literário.

Desse modo, ainda que o discurso literário não esteja restrito à sociedade na qual está inserido, é possível vislumbrar aspectos do contexto histórico, do processo histórico no qual está inserido. Levando-se em consideração de que a História é um discurso e uma representação sobre o passado, toda produção humana também o é.

Uma das correntes da História Cultural que trabalha com as representações e discursos procura estudar os mecanismos e lugares de produção dos objetos culturais, as intenções, a intertextualidade e interdiscursividade e também os mecanismos e lugares de recepção, como um dos modos de produção de sentidos (BORGES, 2010). Dessa forma, pode-se conceber que a produção literária também sofre transformações e está sujeita a releituras e “reescritas” de acordo com os anseios e necessidades do público leitor.

Ora, há desta feita, três dimensões a serem consideradas nessa produção narrativa, seja ela literária ou histórica: o autor, o texto e o leitor e a leitura. Tanto a literatura quanto a escrita da história elaboram representações da “realidade” e, sendo assim, com a presente pesquisa busca-se compreender a sua produção e recepção.

De acordo com Borges,

No que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao enfocar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele (PESAVENTO apud BORGES, 2010, p. 69-70).

Independente da forma como o texto é construído, a qual gênero literário pertence, qual é o tipo de produção escrita, cabe ao historiador questionar: quem escreve? Para quem escreve? Por que escreve? Quando escreve? Onde escreve? Como

escreve? Cabe ao historiador problematizar e refletir sobre os mecanismos e âmbitos da produção e recepção desse texto, desse documento. A linguagem é um mecanismo de dominação e controle social, sendo útil para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente, mas também transformar essas relações de poder (PEDROSA, 2005).

Para a análise crítica do discurso, no que se refere aos mecanismos de produção de um texto, é preciso investigar: a biografia do autor, quais os papéis sociais exercidos por ele, o lugar social que ele ocupa, a que camada e grupo social pertence, qual o seu gênero sexual, a rede de práticas sociais em que está inserido (se aquele é um texto literário, religioso, jurídico, político, etc), quais as suas atitudes e crenças, qual estilo linguístico e gênero literário vai se utilizar para expressar sua fala, como os textos vão ser publicados e distribuídos, criando assim uma identidade desse autor (FAIRCLOUGH, 2001).

Quanto à recepção e interpretação desses textos, considera-se o tipo de discurso que o autor elabora, direcionando a um público-alvo determinado, a qual grupo ou camada social esse grupo pertence, em que contexto social esse texto será consumido (individualmente, em grupo, nos ambientes privados, nos espaços públicos, em festas, etc), se esse público-alvo está inserido em um dado setor da sociedade (pessoas pertencentes ou presentes em ambientes religiosos, políticos, etc), quais os pressupostos ideológicos enunciados no texto, quais as estruturas sociais que se quer atingir, que ideias o autor quer legitimar ou transformar, e assim por diante.

Para a interpretação dos documentos aqui analisados, concorda-se com Umberto Eco (2005) quando ele explana a respeito do que é interpretação pautada na identificação do autor e do público ao qual ele se dirige. Diante dessa problemática deve-se analisar a interpretação e até onde ela pode ser feita. O autor coloca que existem interpretações cabíveis e que existem superinterpretações.

Na tessitura de um texto, um autor intenciona representar suas ideias, a fim de manipular o público a que se destina, persuadindo-o a considerar as pressuposições postas por ele como legítimas, coerentes e mais acertadas para aquele contexto.

Mas nesse processo, o autor tem em mente um público idealizado, imaginando uma suposta percepção do texto e sua intenção a partir da ótica do autor. Anteriormente estudava-se exaustivamente a biografia do autor para dar sentido ao texto, com a crença de que o leitor é um sujeito passivo nesse processo interpretativo (ECO, 2005).

Dessa forma, o leitor tem papel fundamental na recepção e interpretação da mensagem contida no texto. Sendo o texto uma produção cultural que busca inspiração nas diversas dimensões da sociedade, é nessa sociedade em que está inserido o leitor, que vai ressignificar os possíveis sentidos produzidos pelo texto (ECO, 2005).

Eco (2005) também afirma que é possível perceber a superinterpretação de um texto, mesmo sem atestar categoricamente que uma determinada interpretação é correta, e até mesmo discordando do fato de que exista uma leitura correta. Segundo Eco, entre a intenção do autor e a visão discutível daquele que interpreta (leitor), existe a intenção do texto, funcionando como meio de restrição à liberdade do leitor. O texto possui uma coerência e contexto internos que freiam os impulsos do leitor. Contudo as fontes irão nos fornecer variados elementos para a compreensão das representações daquela sociedade, mas há um limite para a quantidade e qualidade de informações que ela apresenta, além disso ela apresenta termos, palavras e frases isolados, mas esses textos são elaborados objetivando-se um público específico e assim sendo, detém toda uma linguagem e conteúdos delimitados pensando na colaboração do leitor para sua interpretação.

Segundo Roger Chartier (1990), uma representação só se torna possível por existir uma dada realidade na qual se fundamenta, da qual se origina. Uma realidade social específica é construída e entendida de diversos modos, em diferentes épocas. A representação mostra como esta sociedade se vê, se imagina se pensa ou como quer ser pensada. Ela não é mero produto da sociedade, mas também contribui para a sua construção, a remodela e reorienta. A representação é uma maneira de se pensar sobre a sociedade e seu imaginário, código de valores, princípios. Destaca-se que muitas vezes uma representação é elaborada por um dado grupo social, embora existam diversas outras representações elaboradas por este mesmo grupo social ou por outros. Ela não se configura como um mero discurso sobre as práticas sociais, ela é também uma prática

social, estando conectada a um contexto de origem. Ela é construída e construtora da realidade social e cultural a qual está inscrita.

Entende-se que a literatura faz parte de um sistema simbólico, auxiliando na construção e direcionamento não só do plano das representações, mas das práticas realizadas pela e na sociedade. A partir do momento em que a literatura se baseia, se inspira na realidade para a sua constituição, isso evidencia como ela se configura a partir de uma realidade social, ao mesmo tempo que, por sua vez, ajudaria, enquanto prática discursiva, a organizar a sociedade. A literatura é um dos instrumentos do imaginário, uma dimensão da construção do universo simbólico, onde os processos culturais, sociais e históricos são evidenciados e percebidos.

Todo texto possui uma linguagem que lhe é peculiar, uma série de normas de produção pertinente ao gênero textual ao qual pertence, uma forma de veiculação/comunicação e, no caso da fonte da presente pesquisa, as *Cartas* de Plínio, o Jovem, as quais são cartas, um gênero literário no qual se enquadram. O discurso literário é pleno de elementos simbólicos. Sendo um mecanismo de significação e de transmissão de mensagens, a literatura só tem a capacidade de influir nas estruturas sociais, nas demais práticas sociais porque se inspira em elementos existentes nessa mesma sociedade. Ela é um dos instrumentos de reprodução social.

As obras textuais são detentoras não apenas de condições materiais de produção e consumo (o material de produção, a forma de produção e circulação dessas obras), mas também condições institucionais, sociais, culturais. Desse modo, uma alternativa de uso e experiência do texto literário como “modo histórico de organizar uma experiência simbólica” (CHARTIER, 1999, p.210), levando-se em conta todos os caminhos percorridos por essas obras (as condições de produção e recepção desses documentos).

Dessa forma, o discurso literário permite compreender as representações que a sociedade elabora a fim de dar sentido às práticas sociais do contexto histórico no qual está inserido. Vale a pena lembrar que as representações do feminino em Plínio, o Jovem representam discursos de uma elite senatorial presente na sociedade romana.

A Análise Crítica do Discurso estuda as interações sociais a partir de uma análise dos textos (FAIRCLOUGH, 2001). Não é um estudo somente sociológico ou

linguístico dos textos; ela se insere na linha divisória entre esses dois aspectos. É justamente o que busca a Análise Crítica do Discurso: a relação do texto com a sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). E no caso particular da Análise Crítica de Discurso Faircloughiana, o ponto-chave é a mudança social a partir da mudança discursiva, dado que ambas se influenciam mutuamente. Ela se ocupa das questões que permeiam a sociedade, não tendo em mente apenas a linguagem ou seu uso por si só.

Perceber que são feitos usos do discurso, enquanto instrumento de poder, é ter ciência e percepção mais profunda sobre as práticas sociais. O discurso é usado para controlar as estruturas sociais, mas também é capaz de modificar e desequilibrar tal controle. Os discursos literários, desse modo, conquanto são lugares de poder, são construídos partindo das relações de poder na sociedade, inclusive aquela existente entre os gêneros e, por sua vez, irá contribuir com a sua cota de participação na construção dessas relações de poder, legitimando-as ou desconstruindo-as. Muitas das representações femininas presentes nos discursos literários são elaboradas por homens, o que já revela não só que essas representações mostram as visões masculinas sobre as mulheres, mas o próprio mecanismo de produção evidencia quem detém a oportunidade de fala dentro desses discursos. Contudo essa análise será feita com mais cuidado no terceiro capítulo.

1.2 – A literatura trajânica: Plínio, o Jovem

A fonte elencada para a presente pesquisa, Plínio, o Jovem, está inserida no período da chamada literatura trajânica. Plínio circulava por um meio social elevado, das elites. O autor permite entender os papéis das mulheres romanas por elaborarem representações das mesmas que compõe discursos entre si sobre os comportamentos e experiências das mesmas.

1.2.1. Plínio, o Jovem, sua obra e contexto

Gaius Plinius Caecilius Secundus nasceu entre 61 e 62 d.C, em Como, no seio de uma família rica e bastante conhecida. Seu nome era *Caecilius Secundus*, porém foi adotado por Plínio, o Velho, seu tio e acabou adotando o nome de *Gaius Plinius Caecilius Secundus* (CITRONI, 2006, p.897).

Em 79 d.C, por conta da erupção do Vesúvio, Plínio, o Jovem estava com seu tio em Miseno. Estudou em Roma, onde teve Quintiliano como um de seus mestres. Ele usufruiu da proteção e influência de alguns dos mais prestigiados políticos romanos da época, além de membros de destaque das elites romanas.

Plínio, o Jovem, iniciou cedo suas atividades como advogado e teve um *cursus honorum* bastante rápido e repleto de cargos. Boa parte de sua trajetória dentro da política romana foi percorrida no Principado de Domiciano.

Plínio, o Jovem, é um *homo novus*, descendendo de um ramo provincial caracterizado como *Tribus Oufentinae*. Quando tinha por volta de dezoito e vinte anos, entrou na Corte dos Centúviro, exercendo aí o cargo *decemvir stlitibus indicandis*.

Ele adentra de fato na carreira senatorial quando, devido à proteção e recomendação imperial, ele alcança o cargo de questor, por volta do ano de 86 d.C. Aproximadamente no ano de 91, Plínio, o Jovem já se situava como pretor, depois de ter efetuado uma rápida passagem pelo Tribunato da Plebe, possivelmente em 88.

Após ter se tornado pretor, ele é nomeado para a *praefectura aerari Saturni*, entre 98 e 100. Nesse mesmo ano 100, Plínio, o Jovem, assume o consulado, época a qual elaborou o *Panegírico de Trajano*. Depois vem o augurado, o posto de *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis*, entre 104 e 105 ou 106 e 107. Encerra sua brilhante carreira exercendo a função de *legatus augusti* na província de Ponto-Bitínia, provavelmente entre 111 e 113.

Quanto à obra de Plínio, o Jovem, ele produziu essencialmente cartas. No conjunto de sua obra constam 10 livros. Os nove primeiros, publicados entre 103 até 109, incluem cartas escritas para amigos e pessoas próximas. O livro X é constituído pelo que se conhece como *Panegírico de Trajano*, direcionadas ao imperador Trajano, enviadas, quase todas, durante o período em que foi governador da Bitínia.

Muitos dos assuntos tratados nas cartas dizem respeito a experiências concretamente vividas pelas pessoas referenciadas nas cartas e muitas delas também tem caráter pessoal. Contudo, não se pode negar que, mesmo nas cartas de caráter pessoal, há uma preocupação literária e também com a circulação das mesmas. Essas cartas vão acabar circulando para além das pessoas endereçadas, fato o qual Plínio, o Jovem tem plena ciência.

Há uma grande variedade de temas nas cartas, tendo inclusive cartas de recomendação. Plínio, o Jovem, se utiliza de estilos e focos diferenciados para a abordagem de determinados temas, usando também de certos recursos de linguagem e formas literárias. Entretanto, a despeito da enorme variedade de temas trabalhados, as cartas que aqui nos interessam são as cartas nas quais Plínio, o Jovem aborda a mulher, de forma direta ou indireta.

1.2.2 – Cartas: um gênero literário

As cartas tinham um lugar privilegiado entre os gêneros literários em forma de prosa. É vista usualmente como um diálogo “pela metade”, e sendo desta feita, é encarada como uma produção letrada, pública e passível de ser colecionada (MUHANA, 2000, p.329) É uma técnica que exige uma notável habilidade oratória.

Ela é um “*dialogo per absentiam*”. Como tudo se passa no plano textual, é por conta da escolha combinação da linguagem, que o autor irá elucidar seu ponto de vista (MUHANA, 2000, p.329). Como a carta é um diálogo “fragmentado”, ambas as partes envolvidas não só podem como têm a responsabilidade de escrever. O autor de uma mensagem é ao mesmo tempo um receptor, já que esse gênero literário se baseia na troca constante de correspondência.

A carta é escrita pensando-se nos seguintes aspectos: quem está escrevendo, para quem a carta é dirigida, qual a finalidade da carta, em que contexto ela foi escrita, qual a relação entre os correspondentes. Ela é o retrato de um momento entre os correspondentes e, como tal, tem um caráter transitório (TIN, 2011, p.2).

1.3 Representações de gênero e das mulheres na Historiografia

A História sofreu inúmeras e profundas transformações no decorrer do século XX, em termos teóricos e metodológicos. Não só novos tipos de fontes passaram a ser utilizadas, mas também novos temas e abordagens. Principalmente a partir da década de 1960 em diante, temas antes negligenciados passaram a exercer interesse para os historiadores. Grupos marginalizados da sociedade, e entre eles se inclui a mulher, passaram a fazer presença nos estudos.

A essa época também era um momento de grande efervescência no que se refere aos movimentos sociais. Muitos pontos de resistências e lutas eclodiam por todo o mundo, protestando contra as desigualdades sociais, a hierarquização das relações de gênero, as questões raciais, entre outros focos de reivindicações.

Nesse contexto, a história das mulheres surge como um campo de estudo novo e diferenciado, influenciada não só pelas mudanças na disciplina histórica, mas também por demais tributária das lutas e reivindicações dos movimentos feministas. As mulheres, antes relegadas ao esquecimento e silenciamento, agora passaram a ganhar mais atenção e voz nos discursos. Hoje, há uma profusão muito grande de estudos sobre mulheres, sobre gênero e questões que envolvam a sexualidade humana.

No que toca à questão dos estudos sobre as mulheres na Antiguidade, até essa década de 1960 também eram escassos, sendo os temas como guerras e política assuntos de destaque. Exceções a isso são as mulheres célebres como Messalina, Cleópatra, Lúvia ou Penélope, por conta do poder que detinham ou por estarem associadas a figuras masculinas de destaque (FEITOSA, 2002, p.17-18).

No decorrer do processo histórico e com as mudanças ocorridas na historiografia, aumentou-se a quantidade de estudos sobre as mulheres da Antiguidade, incluindo-se as mulheres romanas, notadamente aquelas pertencentes às elites. Contudo, percebemos que muito desses estudos sobre essas mulheres romanas obedeciam a uma visão por demais rígidas e generalizantes (FEITOSA, 2002, p.18).

Além disso, essa historiografia tradicional, como Finley, Carcopino, Veyne e Grimal, sobre as mulheres romanas colocava as mulheres como figuras sempre

submissas, subjugadas, secundárias diante das figuras masculinas, com sua atuação na sociedade bastante reduzida e restrita a algumas funções e aos espaços privados.

Contudo, essa visão sobre as mulheres romanas se deu não apenas pelo fato da grande maioria das representações femininas serem feitas por sujeitos masculinos, mas pela carência de um olhar historiográfico que desconstruísse esse olhar masculino e empreendesse reflexões e análises mais amplas e plurais sobre essas experiências femininas. É nesse conjunto de novos olhares historiográficos sobre as mulheres romanas que se insere a presente pesquisa.

Temos a plena ciência de que as representações do feminino em Roma são, na sua maior parte, elaboradas por homens (RICHLIN, 2014, p.11). O desafio então foi buscar entender, a despeito desse olhar masculino, como eram percebidas e construídas as questões de gênero na sociedade romana e de que modo essas questões influenciavam nas representações sobre as mulheres na literatura trajânica, tendo em vista que as construções de gênero exerceram um grande peso na determinação dos papéis sociais dessas mulheres.

Um conceito de fundamental importância para a presente pesquisa é o conceito de gênero. Apesar de atualmente ser um conceito muito difundido, ele ainda é cercado de polêmicas. Ele foi e também é um termo bastante presente nos estudos e movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), mas surgiu entre as feministas americanas que objetivavam enfatizar o caráter essencialmente social das distinções pautadas no gênero; termo esse que denota uma rejeição ao determinismo biológico (SCOTT, 1990, p.2). Este conceito sublinha que as normatividades da feminilidade possuem um aspecto relacional.

O gênero, enquanto categoria de análise histórica surgiu no final do século XX. Ele despontou como “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1990) a partir de um artigo da historiadora americana Joan Scott, intitulado *Gênero: categoria útil de análise histórica*.

Segundo Scott (1990), gênero é uma construção social, criada sobre a diferenciação sexual entre homens e mulheres. Ele é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. É uma das formas primárias de relação de poder, que, apesar de

poder incluir o sexo, não é determinado pelo sexo e nem determina a sexualidade (SCOTT, 1990, p.6). O poder se articula dentro da e por meio da questão de gênero. O gênero está implicado na concepção e construção do próprio poder. As diferenças entre os corpos, entre as identidades subjetivas dos indivíduos relacionadas ao sexo/gênero são frequentemente vinculadas a outros tipos de relações sociais e realidades que não tem a ver com a sexualidade; elas não somente testemunham essas outras relações e realidades sociais, mas as legitimam (SCOTT, 1990, p.22).

Temos que pensar que o gênero, enquanto construção social e cultural, não possui um caráter fixo ou imutável, além de ser historicamente localizado. Tendo em mente que as construções de gênero se deram e se dão de maneira desigual, hierárquica, devemos desconstruir essa oposição binária. O gênero também possui um aspecto político, assim como uma referência às instituições e à organização social (SCOTT, 1990, p.19-20).

Outro aspecto do gênero diz respeito à identidade subjetiva, ou seja, o modo como os indivíduos e sua sexualidade são construídos para integrarem a identidade do sujeito, uma identidade generificada (SCOTT, 1990, p.20). Esse último elemento do gênero é bastante interessante e relevante, pois, a sexualidade e a identidade do indivíduo passam pelo aspecto biológico, mas de modo algum se limita a ele. O que está se querendo dizer é que não se nega que há um corpo e este tem seus elementos materiais.

Todavia a identidade de gênero de um indivíduo é construída a partir de elementos sociais, culturais e discursivos e muitas vezes elaboram-se padrões, modelos, regras de como ambos os gêneros deveriam ser. Nem sempre homens e mulheres cumprem com o que lhe são prescritos pela sociedade e nem sempre quando cumprem essas normatividades sociais as cumprem de maneira integral ou literal (SCOTT, 1990, p.20). O gênero é, nas palavras de Scott (1990, p.27) uma categoria vazia e transbordante, simultaneamente. Vazia, pois não tem um significado definitivo, fixo, imutável. Transbordante, pois mesmo quando parecem fixas e estáveis, são reflexas de uma série de disputas, lutas, definições alternativas, negadas, excluídas.

Para Pinsky (2009, p.161), os debates, dentro e fora da academia, alteraram-se de uma discussão focada exclusivamente nas mulheres para uma relação entre ambos os gêneros, pois as mulheres seriam definidas também em relação aos homens e vice-versa. Não só as mulheres passaram a serem estudadas pelo viés do gênero, mas também os homens.

O termo sexo passou a ser questionado, por fazer uma alusão ao biológico e o começou-se a usar o termo, para enfatizar os elementos culturais ligados às diferenças sexuais (PINSKY, 2009, p.162). Gênero faz referência à cultura, mostra como são socialmente construídas as diferenças sexuais e como são classificados socialmente aquilo que é masculino e feminino. Além disso, o gênero é entrecruzado por outras categorias como classe, etnia, nacionalidade, idade, entre outras variáveis. Ele é útil para mostrar como são compostas as identidades e as relações sociais, deixando também evidente a historicidade das concepções de masculino e feminino. Ou seja, o que é ser homem ou mulher, suas identidades e papéis são vistos na ótica do gênero como algo produzido, reproduzido e transformado no decorrer da história (PINSKY, 2009, p.162).

O gênero por si só não explicada nada. Ele demonstra que as diferença sexuais percebidas podem direcionar as relações sociais; ele em si não contém um conteúdo específico (PINSKY, 2009, p.162). A vantagem dessa característica é que ela possibilita justamente realizar análises sem definições pré-concebida, devendo ser buscada de acordo com o contexto. A premissa que configura a categoria gênero é: COMO, em situações determinadas, as diferenças sexuais são notadas e atravessam a construção das relações sociais? (PINSKY, 2009, p.162).

Miskolci (2007), partindo da Teoria Queer, aponta o gênero também como uma forma de compreender a associação das experiências desiguais que caracterizariam os grupos considerados como minoria ou marginalizados. Nesta teoria, o corpo é também considerado, de certa forma, uma construção social e cultural, pois a significação de sua materialidade é perpassada pelo discurso. O sexo é materializado e regulado nos sujeitos e essa normatividade é constantemente repetida, porém há rupturas e lacunas nesse processo, fazendo com que não se adequem diretamente às normas que os controlam e nem se adere às mesmas completamente.

No olhar de Miskolci (2007), o sexo também é construído socialmente. Como ele tem relação com o biológico, com o material, dificilmente foi questionado e dessa forma, também foi naturalizado. Não se nega a realidade e materialidade do corpo e do sexo. O ponto de discussão se centra no fato de que essa realidade e materialidade são atravessadas pelo discurso, ele sofre uma elaboração sociocultural, ela não é pré-discursiva. O gênero é um modo de existir no corpo, que por sua vez é um campo de possibilidades recebidas e interpretadas. Sendo assim, o corpo é importante para definir a situação do homem e da mulher na sociedade, mas não é o bastante para defini-los enquanto homem ou mulher. Nessa concepção sexo e gênero não se separam.

As identidades de gênero não são naturalizadas, mas sim social e culturalmente construídas. Elas variam de acordo com o tempo histórico em que se inserem o espaço, a classe social, a etnia, entre outros aspectos. Não há uma essência feminina ou masculina e tampouco uma homogeneidade. No que diz respeito às mulheres, que são o objeto da presente pesquisa, não há uma essência feminina, um significado ou um modelo último e definitivo do que era ser mulher em Roma, e não há uma homogeneidade de configuração feminina, o que permite romper com as interpretações da historiografia tradicional calcadas em modelos rígidos e generalizantes, que mantêm a mulher na condição de passiva e submissa.

A escolha de trabalhar com as mulheres a partir de uma perspectiva das relações de gênero se deu por conta de toda essa concepção do que é gênero e o que ele permite, enquanto ferramenta teórico-metodológica, compreender as representações das experiências femininas em Roma e suas articulações com os demais elementos da realidade social romana, enquanto sociedade patriarcal e masculina.

. No caso dessa pesquisa, deve-se ter entender como o pensamento social romano, de caráter essencialmente patriarcal e masculino, representa o papel social feminino. Essas representações são determinadas pelos interesses do grupo que a cria.

Para Chartier (1991, p.176), a representação é um modo de a sociedade dar sentido e significado ao mundo em que vive. Os sujeitos buscam em figuras simbólicas compreender a realidade social que o cerca e, ao mesmo tempo, dar uma diretriz as práticas sociais.

A representação, ao contrário do que muitos críticos do conceito pontuam eventualmente, só pode ser assim elaborada porque está fundamentada na realidade social, em elementos que existam. Dentro de um grupo social, ela se configura como um modo de se pensar a realidade humana com todas as suas ideias e concepções (CHARTIER, 1991, p.176). Ao trabalharmos com o imaginário, passamos pelo conceito de representação social.

Para Chartier, a representação também é uma prática social; é ela que vai legitimar o sujeito na realidade social a qual ele faz parte, pois as representações sempre tem uma ligação com algum contexto de origem (CHARTIER, 1991, p.188), não podendo ser generalizada. As representações são espécies de bases construtoras do próprio mundo social, diretrizes norteadas e norteadoras das práticas (CHARTIER, 1991, p.183).

O campo das representações também é palco das relações de poder: de um lado uma visão que pensa a construção das identidades sociais como o resultado de jogos de força e disputas discursivas entre grupos sociais que buscam se firmar como dominantes e legitimar seu poder, muitas vezes buscando implementar uma homogeneidade e os grupos que empreendem discursos alternativos, diferentes, de resistência e/ou ruptura a esses discursos dominantes, enfim, outras representações que cada grupo tece de si mesmos. Mesmo no meio de determinados grupos sociais específicos há uma heterogeneidade de discursos, que irão disputar por seus locais de fala. Dessa forma, se justifica o uso metodológico da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough e as tensões entre os discursos e as demais práticas sociais.

São lutas e disputas de representação, cujo cerne da questão é o ordenamento, a hierarquização da própria estrutura social (CHARTIER, 1991, p.183-184). São “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p.183-184).

A escrita histórica também é resultado de seu tempo. Cada momento histórico irá trazer seus questionamentos partindo das necessidades existentes e do conflito com valores e ideias que já não mais fazem tanto sentido naquele contexto.

Conforme enuncia Jenkins: “A história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única” (2001, p.35). Dessa forma, a História é uma ciência que está em um constante processo de (re)construção. Ao longo do século XIX, a História esteve em um momento de constituição como disciplina e ciência autônoma. Houve a emergência de novos paradigmas historiográficos, que perpassavam a ciência histórica e lhe davam diretrizes. Assim, entre pressupostos teóricos e embates institucionais para legitimação dessa disciplina dentro da academia, a História logrou em se firmar, em se estabelecer.

Um dos objetivos da ciência histórica era o real, chegar à verdade contida dentro dos objetos. Esse é um elemento que permaneceu. Porém, em que divergiam eram as maneiras de se chegar a esse real. O que é colocado em questão na história moderna são os pressupostos teóricos, de como chegar a esse real, os métodos para se chegar a esse real sofrem um abalo.

Os temas abordados pela história, ou melhor, os objetos estudados pela história se ampliam grandemente. O social, o econômico, as mentalidades, a cultura, tornam-se objeto de análise e reflexão do historiador, dando a atenção a aspectos sociais antes negligenciados. Temas e grupos antes marginalizados ou mesmo silenciados passam a figurar no campo das atenções da historiografia. A revista *Annales* seriam a responsável pela difusão da defesa de uma abordagem nova e interdisciplinar da história.

A história é plural, assim como são plurais seus paradigmas. Dentro de um paradigma historiográfico, há outra pluralidade de paradigmas. Não é apenas o "conteúdo da história" que sofre transformações, mas a própria história como ciência que também sofre alterações. Ela deve responder as questões que se apresentam em seu tempo. É o peso da história na História. Não é só o objeto de estudo dessa ciência que se modifica, é a própria ciência que também o faz, assim como o sujeito que a faz. A História possui uma história.

A partir da segunda metade do século XX, principalmente após a década de 1960, há uma efervescência dos movimentos sociais como um todo. As demandas sociais instigam a produção historiográfica repensar novamente os modos de se fazer história. A história estava então voltada para a reprodução de identidades, objetos naturalizados, colonizados, fossem eles indivíduos, grupos ou instituições (ANDRADE, 2005, p.04). Esses objetos então criados, esse modo de fazer história, apesar de legítimo, já não é mais o bastante para os agentes da história, para aqueles que fazem parte dela. Surge então uma crítica mais mordaz, que agora quer dar voz às heterotopias, à pluralização das vozes e dos lugares, ações e transformações (ANDRADE, 2005, p.04). A História passa a ser (re)vista pelo viés da alteridade; é o olhar do Outro que vai ressignificar experiências e sentidos, abrindo e ampliando as possibilidades de ser e estar no mundo.

A partir do momento, por exemplo, em que a presença da mulher na sociedade tornou-se histórica, e, portanto *plural*, e reivindicou-se que as relações de gênero tinham um papel de suma importância na configuração dos discursos e práticas. Ademais, a capacidade de mudar o curso das transformações históricas, a imagem que se tinha das mulheres foi também alterada.

Começou a notar-se que a visão que se tinha dessas mulheres e os espaços, suas experiências e condutas se dava por conta de um olhar menos crítico dos textos, carregados fortemente de uma determinada e restrita concepção do mundo. Todos os campos de experiências e lugares e condições femininas foram revisitados e foi ressignificados, ganhando novos olhares e contornos. Ainda que certas condições parecessem como fatos, havia um leque enorme de outros fatos possíveis, que não foram inocentemente deixados de lado.

Escrever a História das Mulheres foi durante muito tempo uma questão negligenciada e silenciada. Não só nas práticas sociais em si, mas nos discursos. Discursos que pretendiam dizer o que eram as mulheres, o que deveriam fazer, qual o seu lugar na sociedade. Nestes lugares de discursos recorrentes, é preciso acurada cautela para distinguir modulações e desvios (PERROT; DUBY, 1993, p.10).

Havia uma carência, quando não mesmo um completo silêncio das e sobre as mulheres, seja no âmbito da realidade social, seja nas fontes e na produção historiográfica. Negação e esquecimento marginalizaram as mulheres inclusive dentro da produção historiográfica.

No que diz respeito aos estudos historiográficos, as temáticas relacionadas à economia e política sempre detiveram maior destaque. A partir da corrente historiográfica legada pela Escola dos *Annales*, principalmente no contexto da chamada História Nova ou História Cultural, novos temas passaram a ser abordados na pesquisa histórica. Não somente a Escola dos *Annales*, mas também, por exemplo, a Teoria Crítica Marxista, as Epistemologias feministas, a Psicanálise, a Corrente do Desconstrutivismo e o Pós-Modernismo, que permitiram novas abordagens sobre o conhecimento histórico e influenciaram a proposição de novos temas, bem como novas ferramentas para a pesquisa histórica (FEITOSA, 2002).

Nos idos de 1970, explode uma segunda onda dos movimentos feministas, em conjunto com uma série de outros movimentos. A militância do movimento feminista, antes mesmo dos historiadores e historiadoras, já debatia sobre o papel das mulheres na história. Com todo esse incentivo, as universidades se abrem para a temática, propondo discussões e pesquisas, reconhecendo o valor da mesma.

A História das Mulheres passa agora a figurar no escopo das temáticas abordadas dentro da academia, porém não como um elemento que merece uma atenção e cuidado à parte, mas apenas como mais um assunto qualquer, um capítulo a mais dentro da história geral. Ela continua sendo feita por mulheres, mas é marginalizada, ou quando muito, tolerada, carente de qualquer controle. No decorrer do desenvolvimento das pesquisas nesse campo, com um controle maior e mais sólido, percebe-se o quanto e como a história das mulheres continua isolada, como algo à parte (DAUPHIN, 1986, p.03). As historiadoras veem-se obrigadas a apurar seu olhar crítico sobre a disciplina histórica e principiam a ampliar e diversificar suas problematizações.

É importante ressaltar que desde o início a História das Mulheres não se resumiu a um novo assunto a ser estudado, tampouco a preencher lacunas historiográficas e trazer à tona novos aspectos da vida em sociedade. O que essa história se propôs foi

uma nova visão da e na história, trazendo novas abordagens teórico-metodológicas. A História das Mulheres não está separada da “dos homens”, mas certamente ela é “diferente”.

Diferente não só da história dos homens, mas diferente para todas as mulheres. A alteridade, diferença e desigualdade se dão não só em relação aos homens, mas também ocorre entre as mulheres. As diversas categorias femininas não têm as mesmas percepções e experiências, mas sim percepções e vivências plurais, cada qual inserida dos devidos recortes de classe, idade, etnia, nacionalidade, sexualidade, entre outros recortes.

A questão das mulheres é tributária dos movimentos das mulheres e dos questionamentos propostos por esses movimentos. Os estudos feministas por sua vez, imersos em extensas e acaloradas discussões, que situaram nos debates o papel das mulheres na História, buscando entender as diferenças instituídas entre os sexos e suas respectivas relações de poder.

Nos estudos sobre as mulheres, publicados entre as décadas de 1960 e 1980, o intuito era esclarecer quais as atividades e papéis sociais desempenhados por elas, assim como a influência e participação das mesmas nos círculos de poder (FEITOSA, 2003, p.104).

O movimento feminista deu um folego aos estudos sobre as mulheres nas variadas épocas históricas, contudo, os estudos de gênero e das relações de gênero permitiram que a questão feminina passasse a ser debatida em confronto com a masculina (FEITOSA, 2003, p.104). Com a contribuição as reflexões proporcionadas pelos estudos culturais, pós-estruturalistas e a valorização do plural e heterogêneo nas sociedades, as epistemologias femininas e feministas ganharam corpo e complexidade e abole-se a ideia de que existe uma essência feminina, dado os diferentes interesses e comportamentos femininos nas diversas camadas sociais (FEITOSA, 2003, p.104-105).

Passou-se a questionar as categorias “homem” e “mulher” como sendo categorias fixas e de sentido universal como sendo unicamente definidas pelo aspecto biológico. Leva-se em consideração agora os aspectos sociais e culturais das diferenças sexuais. Não se nega o dado biológico, mas o sexo não é uma categoria pré-discursiva:

mesmo o elemento biológico é atravessado pelos discursos, incorporando significados, definições, sentidos, símbolos e papéis da sociedade que os cerca (SAFFIOTI, 1992, p.187). As identidades masculinas e femininas são diversas e abrangem a dimensão biológica, social, cultural e até mesmo política.

Os diversos grupos sociais, cada qual, dotado de seus interesses, valores, visões e pensamentos criam diferentes laços e interpretações para definir e classificar o que seria pertinente a cada gênero.

A historiografia como um todo e nisso está inclusa a historiografia sobre a Antiguidade, refletiam essa realidade social, negligenciando os grupos sociais marginalizados, incluindo a mulher. Os interesses naquele período residiam nas temáticas sobre a guerra e nos espaços políticos, lugares dos quais as mulheres eram excluídas e raramente participavam (PERROT, 1989, p.9-18). Havia algumas exceções, que ocorriam nos estudos sobre as mulheres ditas célebres como, por exemplo, Messalina, Cleópatra, Livia ou Penélope, onde o interesse se encontrava na relação dessas mulheres com homens poderosos ou pelo poder que porventura elas detinham (LÓPEZ, 1994, p.37-40).

As análises e estudos de gênero para a pesquisa sobre as sociedades antigas começam a entrar em maior evidência a partir da década de 1990, porém ela é ainda marcada por um intenso debate e ambiguidade para os estudiosos do tema (FEITOSA, 2003, p.104).

Dentro dos estudos historiográficos sobre a Antiguidade, existe uma tradição de exclusão historiográfica (RICHLIN apud FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003, p.23). Contudo, esta é uma situação que tem sido transformada e diversos trabalhos procuram estudar as mulheres e suas respectivas problemáticas. Os estudos de gênero se configuraram como um caminho possível para entender a vida feminina e masculina em vários âmbitos (FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003, p. 24). Esses novos estudos procuraram fugir dos caminhos traçados pelos estudos anteriores, que abraçavam as concepções aristocráticas sobre as mulheres, as quais tinham uma concepção estereotipada, generalizante e homogeneizadora sobre as mesmas.

O próprio estudo da Antiguidade transformou-se, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Novas fontes e documentos foram e ainda são descobertos a cada dia, o que traz novas informações e conhecimentos sobre essa sociedade antiga. Técnicas novas e metodologias diferentes surgem e permitem lançar olhares renovados e possibilidades distintas de interpretações.

Há de se fazer uma distinção primeiro: entre os documentos oriundos de e dirigidos a cidadãos comuns de um lado e de outro lado documentos oriundos de órgãos públicos. A segunda é entre documentos destinados à circulação particular e ao conhecimento público.

Esses estudos sobre a História Antiga Romana têm permitido revisitar áreas de atuação antes outorgadas às mulheres, assim como repensar conceitos como “público” e “privado”, modalidades de atuação política e as bases, configuração e participação das diferentes categorias sociais nos variados âmbitos da vida em sociedade (FEITOSA, 2012, p.02). Em estudos publicanos no período de 1960 a 1980, é perceptível o empenho dos mesmos em dizer quem eram essas mulheres, quais os papéis sociais desempenhados por elas e sua influência e participação nas esferas pública e de poder. As mulheres pertencentes a grupos aristocráticos ainda são as mais estudadas, mas também existem estudos sobre as mulheres das camadas mais “baixas” da sociedade romana, como as mulheres pobres, livres, escravas, prostitutas, entre outras.

Uma importante contribuição para o estudo das mulheres romanas foi um artigo de Moses I. Finley (1990), na década de 1960, intitulado “As mulheres silenciosas de Roma”. Neste artigo, Finley relaciona as mulheres com determinados aspectos da vida em sociedade em Roma, como política, família, religião, casamento, literatura, arte e perspectiva de vida. O artigo de Finley foi, até aquele momento, um dos poucos e primeiros a tratar a questão da mulher em Roma.

Contudo, ele ainda enxerga essas mulheres nos moldes tradicionais, como uma mulher submissa, subjugada, tendo poucas possibilidades de atuar social e politicamente. Há diversos materiais que falam sobre as mulheres, mas a grande maioria desses materiais é produzida por homens; as representações femininas são, em grande

parte, elaboradas a partir da ótica masculina, o que seria um fator de inibição para o estudo das mesmas.

A sociedade romana, sendo uma sociedade de dominação masculina, não concedia a essas mulheres um campo muito grande de atuação, principalmente se levando em conta o estatuto jurídico e legal da mulher romana. O próprio Finley (1990, p.143) cita o fato da carência de fontes cujas representações são realizadas pelas próprias mulheres, o que dificultaria sobremaneira o estudo das mesmas. As “vozes” ouvidas dos diferentes documentos pertenciam na realidade aos homens ou obedeciam a modelos elaborados por homens. Entretanto, mesmo que dialoguemos com esse silêncio no que toca às mulheres, é possível abordar as fontes de modo diferenciado, através de novas perspectivas e ferramentas teórico-metodológicas, trazendo à luz imagens e discursos renovados sobre essas mulheres. Finley tem ciência de que são os homens que gerenciam os arquivos das cidades, que constroem a memória, que participam ativamente da produção literária.

Finley (1990, p.145) afirma que os romanos acreditavam que as mulheres não eram indivíduos inteiros, verdadeiros, mas sujeitos fragmentados e passivos de uma família, das quais eram requeridos atributos e virtudes vigorosas, severas e austeras, como um determinado recato, “etiqueta”, castidade, beleza, delicadeza, e também ser mansas e agradáveis, além do fato de gerarem filhos. O princípio básico e imprescindível do casamento, segundo o autor, era a austeridade e a lisura, olhando-se pela social e econômico e pelo fato de ser uma atividade cívica e legal, no que refere ao campo do político e jurídico. Ele se calcava nesses dois pressupostos, caracterizando-se em uma instituição de extrema relevância e centralidade, pois a organização geral sobre a propriedade estava assentada na sua existência. Era imprescindível dado que através do casamento se gerariam os futuros cidadãos romanos, se constituiria a instituição da família, essencial para a ordem e estrutura social. Além disso, o aumento e manutenção do patrimônio familiar se davam por meio do casamento. Segundo Finley (1990, p.149), na instituição do casamento não haveria severidade moral nem rigidez, assim como também não era sagrado.

Discorda-se de Finley nesse aspecto, pois a ordem geral sobre o casamento, ao menos dentro dos discursos dominantes das elites, o qual era o casamento era uma instituição séria, cercada por regras e códigos de moral e conduta, para os homens e principalmente para as mulheres; havia certa “práxis” no funcionamento do casamento (GRIMAL, 1984; ROBERT, 1995). Tem-se ciência de que existia a possibilidade do divórcio e que este ocorria consideravelmente, além do fato de existir a prática do adultério. A procura por relações sexuais que não fosse com a esposa era bastante comum, por parte dos homens e razoavelmente aceita, apesar de não ser o ideal. Obviamente, entre o discurso e a prática social em si pode haver uma diferença e nem todo casamento vai corresponder às expectativas propostas. Contudo, a tônica geral era de uma determinada seriedade, a fim de salvaguardar essa instituição tão cara à sociedade romana.

Para Finley (1990, p.145), o adultério praticado pelos homens era aceito porque o conceito de família dos romanos era diferente. Família dizia respeito a todas as pessoas sujeitas a autoridade do *dominus*, do dono e senhor da casa, o *pater familias* e também a pessoas que tinham uma ligação com um ancestral em comum.

Além de tudo isso, o autor atesta que a mulher ficava confinada aos espaços domésticos, cuidando dos afazeres do lar e da criação dos filhos, não tendo participação nos assuntos da cidade e nem uma presença ativa nos espaços públicos. Finley coloca que a religião era um dos poucos lugares onde as “mulheres de família” podiam fugir um pouco do seu ambiente doméstico/privado. Mas mesmo neste espaço elas tinham um papel secundário e ainda assim estavam sujeitas a autoridade masculina.

Isso justificaria a sua interpretação sobre as mulheres romanas, a qual faz baseando-se na legislação romana e confirmada por fontes oriundas da cultura material. Finley acaba por reafirmar a visão sobre as mulheres existente na literatura romana. Nas leis romanas, de acordo com a análise de Finley (1990), reafirma-se a condição de não cidadã das mulheres romanas, submissas, subjugadas, sempre na dependência da presença masculina e reforçando essas mulheres como obrigadas a serem esposas e mães exemplares. Dessa forma, Finley (1990) estabelece um tipo ideal para as mulheres romanas, construindo modelos por demais rígidos e generalizantes.

Outro estudo que tece consideração sobre a situação das mulheres na sociedade romana é o ensaio de Paul Veyne na coleção “*A História da Vida Privada*” (1990). Veyne foca-se na questão do papel do matrimônio na definição das esferas atuação feminina (SILVA, 2011, p. 19). Nessa visão de Veyne (1990), o papel feminino é diminuído. Segundo Veyne, para que a mulher alcançasse uma condição de menor submissão e dependência, era necessário haver “quebras”, “furos” na organização e estruturas sociais, através dos quais elas se livravam da necessidade de tutela masculina e não por meio de um acesso efetivo a uma atuação mais marcante na sociedade (SILVA, 2011, p.19), ou seja, apenas se houvesse uma mudança nas leis ou em práticas oficiais e públicas da sociedade romana.

Veyne assegura que a partir do momento em que a mulher se casa, ela é forçada a reconhecer sua “inferioridade natural”, permanecer obediente e submissa ao marido e manter uma postura racional e equilibrada. A mulher é vista como um ser infantil, excessivamente passional e emotivo, que exige que seus caprichos sejam concretizados e “aprontam” na ausência do marido (VEYNE, 2009, p.48). Tais comportamentos seriam profundamente constrangedores para os homens, que se veem sempre temerosos dos mandos e desmandos dessas “megeras”. Era uma tragédia para o marido que sua esposa lhe fosse infiel e a culpa cai sobre ele, que não foi capaz de exercer controle sobre ela, o que muitas vezes, para tirar a culpa de sobre si, fazia público as ações daqueles, como a esposa, que lhe eram subordinados (VEYNE, 2009, p.48-49). Ainda segundo Veyne, a mulher seria, nessa visão, tão fraca e sujeitada como os filhos e escravos do *pater familias*, que era obrigado a tolerar as oscilações de humor de sua esposa.

É bem explícita a visão rígida e generalizadora de Veyne. Ele além sua visão sobre a mulher tomando como premissa básica os pressupostos do casamento e o estatuto jurídico da mulher e afirma que a condição da mulher só e altera quando esses dois aspectos sofrem alterações. Ora, não se nega a objetividade do fato de que juridicamente a mulher tinha seus direitos e atuações reduzidas e que o casamento, em seu caráter oficial, restringia as ações e os espaços femininos. Todavia existem outros domínios para além do casamento e da legislação romana. E mesmos estes abarcavam

um arco maior de possibilidades, nem sempre correspondendo a um modelo único de funcionamento e caracterização.

Em outra obra, “*Sexo e Poder em Roma*”, Veyne (2008), entre tantos outros assuntos abordados, falará a respeito das núpcias, do casal, da sexualidade romana. Veyne propõe que o casamento era uma prerrogativa de um cidadão e uma cidadã, sendo um direito civil garantido aos mesmos pela sua cidadania.

O casamento, segundo Veyne (2008, p.190) era uma situação que não gerava nada além de efeitos de direito, o que tornava crucial saber se o casamento tinha sido consumado. Os filhos nascidos dessa união eram legítimos e davam prosseguimento à linhagem. Ou seja, era um meio de gerar futuros cidadãos e a perpetuação do patrimônio. Mas mesmo o patrimônio podia ser mantido por meio de um testamento e a linhagem podia ser continuada através da adoção (VEYNE, 2008, p.191). Casava-se então, segundo Veyne (2008, p.191) para enriquecer e porque este era um costume.

Na perspectiva de Veyne (2008, p.195), a mulher não passava de mais um objeto da casa, assim como os filhos, os libertos, os *cliens* e os escravos. A mulher teria algum poder dentro da casa se o marido a considerasse digna e apta a tal, sendo submissa às vontades e domínio do marido. Era obediente, mas orgulhosa de sua posição nobre. Ela tinha um dote e uma fortuna pessoal, mas na prática seria submissa, não tendo capacidade de cumprir além do que lhe era de obrigação. Ela era uma “criança grande” que o marido tinha que tratar com indulgência. Igualmente como *História da Vida Privada Vol.1- Do Império Romano ao Ano Mil*, Veyne afirma que a mulher aproveitava o fato do marido não estar presente para realizar “diversas frivolidades e caprichos”. Ainda segundo o autor, em caso de falha ou qualquer ato tolo cometido pela mulher, o marido era considerado o culpado, por não ter sido capaz de tecer o controle sobre sua esposa.

Mais uma vez aqui Paul Veyne carrega uma concepção muito conservadora e generalizante sobre as mulheres romanas. Segundo ele, as mulheres romanas eram submissas, passivas, subjugadas, desprovidas de quaisquer capacidades ou mesmo poderes, estando sempre atrelada à figura masculina e em uma posição secundária. Para ele, a mulher podia porventura ter algum respeito enquanto mãe de família, mas de

modo geral era indigna de valorização. Novamente ele toma como fundamento de suas análises certos discursos dominantes que menosprezo à figura feminina.

Existe também a obra de Pomeroy (1987) “*Goddesses, whores, wives and slaves*”. De acordo com Pomeroy (1987), esse é um dos primeiros estudos feitos somente sobre a questão feminina na Antiguidade, com o intuito de preencher as lacunas sobre essa temática no mundo antigo, pois os estudos sobre o mundo antigo até então priorizavam assuntos relacionados à guerra, política e intelectual. Ela foca em algumas experiências femininas específicas, como a questão da tutela feminina e casamento.

Como dito anteriormente, os historiógrafos antigos se interessavam pelas mulheres célebres, seu poder e influência nos diversos lugares da sociedade romana. Em muitos textos ainda é possível vislumbrar os papéis sociais exercidos pelas mulheres e qual o estatuto jurídico das mesmas. Muitos documentos que foram preservados da era romana eram textos jurídicos ou comentários sobre os mesmos. Isso por um lado nos permite conhecer o status legal da mulher na sociedade romana, pontos sobre a vida cívica das mesmas. Contudo, enquanto documentação oficial, o ponto de vista que é transmitido é o oficial, o dominante, e, como todo discurso, não é isento de valores e finalidades específicas, fornecendo uma só perspectiva e deixando de lado tantas outras que poderiam fornecer um quadro mais diversificado e amplo sobre as mulheres romanas.

Inicialmente os divórcios só podiam ser invocados pelos maridos, e apenas se a mulher tivesse cometido adultério, matado seus filhos, abortados; sendo essas as causas para o pedido de divórcio, era obrigação do marido devolver uma parcela do dote à família da esposa, pois, se assim não o fosse, metade do dote ficava nas mãos da (ex)esposa e a outra metade à deusa Ceres. (POMEROY, 1987, p175-176)

Se o casal possuísse filhos, eles ficavam com o pai, já que este detinha *o pater potestas*, um poder incomum, de vida e morte, sob aqueles que lhe eram subordinados e pelo fato de que o culto familiar que era realizado por intermédio dos homens inibia a perda da família. (POMEROY, 1987, p.176-181).

Contudo, Pomeroy (1987) acaba por corroborar com uma visão mais conservadora e tradicional sobre a condição feminina em Roma. O grande mérito dessa obra reside em se tratar do primeiro estudo acadêmico dedicado exclusivamente à análise da situação feminina no mundo da Antiguidade Clássica e em fazer um primeiro levantamento sobre a temática. Porém a autora acaba por acatar o discurso das fontes sem tecer reflexões mais aprofundadas.

A obra de Cantarella (1989) faz uma análise bastante similar àquela feita por Pomeroy, à medida que também mostra as alterações acerca do casamento e divórcio na sociedade clássica e de que modo isso fazia diferença nas experiências femininas, o que, aliás, foi encarado de forma positiva por Cantarella.

Diferentemente de Pomeroy (1987), que vê como positivas essas mudanças ocorridas no Principado, Cantarella (1989) afirma que essas mudanças não agradaram a todos. Para a autora, as mulheres das elites romanas foram as únicas a se beneficiar dessas mudanças e mesmo elas poderiam sofrer algum tipo de repressão ao se conformar a estes novos padrões de conduta. Sua análise foca no estudo da aristocracia, não levando em conta a variedade de categorias femininas existentes na sociedade romana e por mais que traga problematizações pertinentes, acaba reiterando o discurso masculino das elites sobre essas mulheres.

Um dos destaques é a abordagem feita por Eve D'Ambra (2007), a qual estabelece um constante e intenso debate com as fontes originárias da cultura material, ligadas, de algum modo, ao universo feminino, como, por exemplo, artefatos e utensílios domésticos, de beleza como jarros de perfumes, estojos de maquiagem ou joias. Oriundos, em sua maioria, do sítio arqueológico de Pompeia, eles permitem trazer uma relação mais estreita com a experiência cotidiana feminina, e ao mesmo tempo questionando as representações que alguns discursos literários difundiam tradicionalmente e muitos adotaram como únicos sobre a condição feminina. D'Ambra (2007) constrói sua concepção acerca da condição feminina no mundo antigo não se limitando a estudar os grupos dominantes.

Na historiografia nacional, temos a abordagem sobre o tema feita pela historiadora Valéria Cristina Basílio (1997), com sua dissertação de mestrado intitulada

“A mulher em Roma: condição feminina na literatura pliniana”. Sua reflexão principal é sobre a ação da mulher nas esferas pública e privada em Roma. Não há limite claro ou fixo que delimite o que é público e o que é privado em Roma, pois ambas as esferas se comunicam. Além de que a realidade social romana mostra que essas esferas trazem em si elementos uma da outra. A autora pontua que as mulheres romanas tinham um espaço maior de ação do que se costuma afirmar na historiografia tradicional, porém ainda condiciona as representações femininas à sua condição por conta de seu *status* jurídico e sua situação em relação ao patrimônio e ao matrimônio, reconhecendo mudanças na situação da mulher somente quando há alterações nesses dois aspectos (BASÍLIO, 1997).

Um nome de reconhecida importância nos estudos sobre gênero e sexualidade no cenário nacional é o de Lourdes Conde Feitosa. Feitosa elaborou um capítulo de livro intitulado “Masculino e Feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero” capítulo esse pertencente à obra “Mulheres na Antiguidade: novas perspectivas e abordagens” (2012).

Feitosa traz primeiro à tona uma reflexão sobre o fato de que os estudos sobre as mulheres no mundo antigo vêm ganhando um crescente espaço na historiografia, além de uma maior visibilidade e despertando interesses. Ela afirma que nas últimas décadas do século XX, por conta da influência dos movimentos sociais, que se organizaram contra as desigualdades, as diferenças sexuais e raciais e as formas de dominação impostas pelo sistema capitalista criou-se demandas sociais de todas as ordens.

De fato essas demandas sociais suscitaram no campo das Ciências Humanas acaloradas discussões, que trouxeram modificações nas abordagens das pesquisas, questionando os paradigmas naturalizados e fomentando a busca por outros assuntos e instrumentos teórico-metodológicos que possibilitassem incluir na história aqueles que até então eram marginalizados dela (FEITOSA, 2012).

Para que tal feito pudesse ser realizado, Feitosa (2012) afirma que foi preciso revisar os paradigmas da História tradicional e procurar por novas fontes, abordagens e métodos para organizar e desenvolver estudos, indo na contramão do que estava sendo feito.

Feitosa alega que o primeiro passo foi superar as grandes narrativas generalizantes, focadas nas elites brancas masculinas e centrada nos heróis, no Estado e no espaço público (FEITOSA, 2012). Entre essas novas abordagens estão presentes os estudos feministas, que sublinham as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade e a exclusão das mulheres nos estudos históricos. Os debates feministas trouxeram uma nova concepção de documento histórico, trazendo novas tipologias de fontes que permitiriam então analisar as experiências femininas e os olhares femininos (FEITOSA, 2012).

No que concerne à História Antiga Romana, os estudos feministas, segundo Feitosa (2012), tem proporcionado reexaminar campos de atuação que era comumente associado às mulheres, repensar conceitos como “público” e “privado”, formas de atuação política, dentre outros aspectos da sociedade.

Todavia, no seio das discussões sobre o papel das mulheres na História surgem as reflexões sobre as relações de gênero. Nas análises de gênero está presente o olhar crítico feminista, mas afasta-se dele em relação a uma definição binária de masculino e feminino, intensificando ainda mais os debates ao redor da construção dos conceitos de masculino e feminino, mostrando diferentes e até mesmo divergentes abordagens e trajetórias pelas quais o gênero tem sido pensado e usado (FEITOSA, 2012).

A autora ainda enuncia que há diferenças entre História das Mulheres e gênero e que, por mais que ambos estejam próximos, são diferentes entre si. De acordo com Feitosa (2012), a diferença residiria no fato de que a História das Mulheres privilegiaria as mesmas, em oposição às relações de gênero proposta pela Historiografia de Gênero.

Feitosa (2012) critica o pensamento de que as categorias do masculino e do feminino são categorias fixas, biológicas e universais. Entende-se que não há características próprias ou naturais a nenhum dos gêneros, mas que os gêneros, ainda que sejam perpassados pelo biológico, são também uma construção social.

A autora faz então uma análise da pertinência do gênero enquanto categoria analítica para o mundo romano. Ela faz então uma pequena reflexão de como a categoria gênero pode ser útil para revisar e refletir de modo mais crítico sobre as masculinidades romanas, notadamente sobre os homens das elites, mas também sobre os

homens das camadas populares. Ser homem em sua plenitude, dentro de Roma, era pertencer à classe aristocrática e afastar-se o máximo possível de qualquer característica atribuída como feminina. Existia uma série de requisitos definidores da masculinidade, que necessitava ser constantemente reafirmada. O discurso dominante da masculinidade retratava o pensamento das elites romanas, em detrimento não só das mulheres, mas também dos homens das camadas populares.

Nessa obra, Feitosa faz uma cuidadosa e pertinente reflexão teórica, o que se mostra bastante interessante, já que o fazer historiográfico está em constante mudança, trazendo sempre novas possibilidades de análise. (Re)pensar o gênero e as relações de gênero permite fazer luz sobre elementos diferentes e diversificados da sociedade, mostrando outros aspectos do funcionamento do poder.

Entretanto, discorda-se de Feitosa de que realizar um estudo que privilegie as mulheres deva ser estudado por outro viés que não o gênero, pois, para Feitosa, tendo o gênero um caráter relacional. No caso de optar-se por usar a perspectiva das relações de gênero, segundo Feitosa, tornar-se-ia necessário trabalhar com o masculino e feminino concomitantemente. Um estudo que enfoque somente as mulheres, na concepção de Feitosa, careceria ser trabalhado pelo viés da História das Mulheres.

Certamente que o tratamento dado às mulheres por essa corrente diferencia-se do que é realizado pela Historiografia de Gênero, priorizando outros aspectos e temas, mas se crê ser possível estudar as mulheres por um viés dos estudos de gênero, pois o gênero tem de fato um caráter relacional que está constantemente presente, o gênero permite entender como as desigualdades e hierarquias entre os gêneros foram construídas, legitimadas e contestadas, em certos contextos históricos mas a análise em si sobre o masculino não carece ser necessariamente uma prerrogativa presente de maneira direta no processo da escrita historiográfica (PEDRO, 2005). Sendo a fonte usada para a presente pesquisa escrita por um homem, esse masculino está sempre presente, ainda que de maneira mais implícita. Dialoga-se com o masculino constantemente, mas esse serve, na análise histórica ali realizada, de aporte para uma melhor análise sobre o feminino. Além disto, o gênero diz respeito não só à relação entre homens e mulheres, mas entre homens e entre mulheres. Um exemplo disso é a

presente pesquisa, onde na análise das cartas de Plínio, o Jovem, percebeu-se a influência de Calpúrnia na educação de sua sobrinha, o que evidencia que as construções dessas relações de gênero entre as próprias mulheres.

Essas representações do feminino, tão plural e complexo, foram atravessadas não só pelos discursos do próprio contexto histórico em que se inseriam, mas pelos olhares dos discursos historiográficos. Esses últimos igualmente também não isentos de suas ideologias. Novas teorias e metodologias permitiram revisitar esse feminino na Antiguidade romana, permitiram trazer olhares diferentes sobre suas experiências, seus espaços e sua atuação na sociedade. É o que se pretende abordar no próximo capítulo.

Capítulo 2 – As mulheres romanas na História

Neste capítulo será feito um panorama sobre o contexto histórico do Principado Romano, durante o qual ocorreu uma série de transformações que foram essenciais para perceber algumas mudanças nos discursos sobre as mulheres. Será feita também uma apresentação de conceitos caros para a compreensão do objeto e os discursos que o atravessam como a cidadania em Roma, o estoicismo e a moral sexual romana.

2.1- O período trajânico: organização e estrutura imperial

O período estudado na presente dissertação é definido na historiografia contemporânea como Principado. No início do século I d.C. Roma passou por uma série enorme de transformações, nos mais variados campos da sociedade. A mudança de uma estrutura republicana para uma sociedade dotada de uma estrutura imperial causou alterações não somente na forma de governo e organização do poder, mas na cultura, na economia, nos comportamentos e condutas, dentre outros aspectos.

A segunda metade do primeiro século do Principado Romano, contexto em que a documentação foi produzida, é marcada pelos governos de Vespasiano (69 a 79 d.C.) e posteriormente seus dois filhos, Tito (79 a 81 d.C) e Domiciano (81 a 96 d.C). Segue-se depois dele: Nerva (96 a 98 d.C.), Trajano (98 a 117 d.C), Adriano (117 a 138 d.C), Antonino Pio (138 a 161 d.C) e Marco Aurélio (161 a 180 d.C). É justamente esse período que pode, em seu núcleo de produção literária, ser chamado de Trajânico.

No período da República, o poder político-administrativo ficava a cargo do Senado. Instituíram-se magistraturas com duração de um ano, evitando assim a concentração de poder (GRIMAL, 1984). Dois magistrados, os cônsules, eram os magistrados principais, que por sua vez eram escolhidos pelo Senado. Além dos cônsules, havia outros magistrados, como os questores (responsáveis pelas questões de finanças), os edis (encarregados das obras públicas), os pretores (encarregados da justiça), os censores e o pontífice máximo (que era o chefe dos sacerdotes) (GRIMAL, 1984). A influência do Senado na indicação desses magistrados era enorme, mas havia a participação, também, das assembleias da plebe e dos soldados em sua escolha.

Com o fim da República, Roma atingiu proporções, não só em termos de território, mas em tamanho e complexidade econômica e administrativa, inimagináveis. Seus domínios vão desde o Oeste Europeu até o Oriente Próximo.

No período imperial, iniciado com o Principado, a administração dos domínios romanos foi reorganizada, visando maior centralização do poder; o imperador passou a acumular todos os poderes apesar de continuarem a existir os órgãos administrativos da República.

Segundo Grimal “No Império, assim renovado, onde todos os poderes emanam, em última análise, da pessoa de Augusto...” (GRIMAL, 1984, p.52). O que se pode depreender disso é que, no Império, o Senado ainda tem muito peso e poder. Contudo, o poder máximo residia na figura do *princeps*, ou seja, ele jaz em uma figura centralizada.

Nesse contexto, as elites romanas mantiveram-se como extrato social privilegiado e dominante. De acordo com Bondioli:

o poder, de mesma sorte, era certamente exercido de maneira rotineira e eficaz por uma parcela pequena da sociedade, seja o poder político propriamente dito, encontrado com as famílias de magistrados e senadores em geral, ou ainda o poder econômico compartilhado entre esse primeiro grupo e os equestres. Sabemos, é verdade, que identificar uma pirâmide social com base em Roma é uma tarefa bastante complexa, tendo em vista, não apenas os diferentes status sociais e jurídicos que os indivíduos poderiam possuir – por vezes ao mesmo tempo – mas também pelo caráter, individualista/interpessoal que as relações sociais assumiam[...] (2014, p.16).

As elites romanas podem ser definidas, desse modo, como um grupo que buscava desempenhar o poder político, econômico e intelectual, porém não se constituía em um grupo homogêneo, monolítico (BONDIOLI, 2014, p.17). Ainda que muitas vezes tal grupo, ou uma parcela dele, tente afirmar seus discursos como dominantes, há uma pluralidade de discursos, pensamentos e condutas que permeiam a sociedade e as próprias elites.

Percebe-se que há um conflito entre os valores da *res publica* e do império. Há uma sensação de perda dos antigos valores. A nova estrutura política faz com que as transformações sociais que ocorreram causem um impacto na produção literária.

Nesse fluxo de mudanças ocorridas na época imperial, alguns valores que já vinham perdendo força se tornam precários e impraticáveis, inviáveis nessa nova sociedade. As elites sentem que têm suas identidades perdidas e por isso buscam meios

de reafirmar antigos valores. Desse modo, as formas tradicionais de pensar perdem seu sentido.

Grande parcela das elites romanas ainda está apegada aos valores tradicionais da *res publica*. Dado todas as transformações em curso, restituir o poder do Senado é uma alternativa para os problemas existentes no império. Não se busca o retorno ao passado republicano, mas sim garantir novamente o poder e papéis do Senado, que teria um peso considerável para eleger o novo *princeps*.

O Principado Romano era um regime ambivalente, que, mesmo depois de certo tempo decorrido de sua implantação e ter agora o poder centralizado nas mãos do *princeps*, não ficava isento diante da obrigação de se relacionar corretamente com o Senado (VENTURINI, 2012, p.978). Mesmo após todo esse tempo, os valores republicanos eram propagados ainda. Houve então, como se pode notar transformações e permanências sobre instituições políticas e sociais que ora convergiam, ora divergiam, em variados níveis, não somente nas práticas sociais e políticas, mas também nos discursos.

Segundo Corassin,

Na época dos Antoninos, a prosperidade e a paz interna permitiram que se atenuasse o conflito entre o poder imperial e os grandes proprietários aristocráticos. Esta oposição fora a responsável pelas perseguições, processos capitais e confisco de bens a que os senadores foram submetidos sob o governo de imperadores anteriores, tais como Nero e Domiciano. A nova aristocracia, por suas características de origem e por sua base econômica, inclinava-se a aceitar a ideologia de uma monarquia "humanística", tal como vinha sendo elaborada pelas escolas filosóficas, principalmente pelo estoicismo, cuja doutrina influenciou no processo de consolidação da instituição monárquica. (CORASSIN, 1997, p.199)

A elite senatorial sente-se satisfeita, ao menos parcialmente, dado que neste momento o imperador procura manter certo respeito por eles e a autoridade dos mesmos (CORASSIN, 1997, p.201). O peso e a influência do Senado mantêm-se firme durante o Principado, mostrando o quanto ainda algumas estruturas e princípios republicanos estão presentes, apesar das transformações. Até o final do século IV, a ordem senatorial era bastante diversificada, reunindo em seu bojo características e membros de origens sociais, étnicas e geográficas distintas. Circulavam por essa ordem membros

que provinham de famílias nobres tradicionais romanas, muitas delas surdidas no período republicano. Por outro lado, esta linhagem mais tradicional caminhava lado a lado com participantes emergentes, que devem sua ascensão social a patamares galgados por meio de sua carreira política ou militar.

O Estado romano, neste momento do império, ampliou ainda mais os privilégios daqueles setores da aristocracia que eram mais tradicionais. Ainda que ela detivesse o status social elevado e os privilégios e poderes econômicos, o poder político de fato já não era tanto da sua alçada (CORASSIN, 1997, p.208).

Nesse novo contexto político, social e cultural, o estoicismo torna-se uma ferramenta que possui utilidade prática e também se constitui como uma fonte de progresso moral (LUZ; VENTURINI, 2007, p.03).

2.2. O estoicismo e sua influência nos princípios morais do Principado

Um elemento que irá ter um diálogo com a idealização presente nas representações do feminino em Roma é o estoicismo. Segundo Parra,

a vertente do estoicismo que obtém sucesso em Roma na República e no Império é baseada principalmente na busca das virtudes e caracteriza-se como moralista. Essa corrente filosófica influencia desde a vida conjugal até a política romana (PARRA, 2012, Anais do XXI Encontro Nacional de História).

Além do mais, de acordo com Parra (2012), o estoicismo possuiu três fases. A primeira é chamada de “estoicismo antigo” e teve como fundador Zenão de Cicio em Atenas no século III a.C. Na segunda fase, a filosofia estoica começa a latinizar-se, por volta de II a.C, constituindo-se no chamado “estoicismo médio” e, a terceira fase, chamada de “estoicismo imperial” ocorreu em Roma nos séculos I e II d.C, quando esta filosofia começa a interessar-se pela moral. Nesse caso, segundo Parra, são três os gêneros que a filosofia estoica aborda: lógica, física e moral, sendo que, a última explana de que maneiras as pessoas devem agir, quais devem ser suas condutas.

A historiografia tradicional contribuiu para difundir a ideia de que os romanos entraram em um período de decadência moral, induzindo muitos historiadores a possuírem a ideia de que o Principado seria um momento de restauração dos princípios

morais, calcados no *mos maiorum* (SOUZA, 2006, p.03). O estoicismo, filosofia que exerceu enorme influência na construção da moral romana, estava direcionado para a ação da *virtus*, um dos valores apreciados na *humanitas* concomitante à *pietas* e à *fides* (SOUZA, 2006, p.03), que querem dizer, “respectivamente, respeito aos deuses e aos homens e o cumprimento dos seus deveres políticos” (SOUZA, 2006, p.03).

No Principado, o poder imperial estava assentado na *autorictas*. A *autorictas principis*

ilustrava o prestígio, a supremacia moral traduzida na *virtus*, na *iustitia*, na *clementia*, na *fides* e na *pietas*.. Ela resumia o valor da justiça associada à clemência daquele que controlava a lei, a confiança que ele inspirava como chefe político e religioso. A *auctoritas* era a expressão do poder e da influência política em Roma (VENTURINI, 2011,p.179).

Era o fruto de uma miríade de condições materiais, intelectuais e morais que eram notórios e legitimavam a superioridade política para exercer um papel dirigente (VENTURINI, 2011, p.179). É um misto de poder político com *status* social. *Pietas*, para os romanos, eram os vínculos entre os rituais e os indivíduos no interior do mundo; e essa ideia se espalhava para a relação entre pais e filhos, marido e esposa e as demais relações sociais, assegurando a firmação de compromissos.

Na filosofia estóica, o casamento vai ganhar uma maior atenção, importância e profundidade. O casamento não seria apenas um meio de gerar filhos e aumentar o patrimônio; é um meio para se relacionar melhor com o outro. Tratava-se de estabelecer uma boa relação, cujos pilares centram-se na benevolência, amizade e companheirismo (FOUCAULT, 2008, p.75).

A moral estoica propunha um senso de comunidade, de compartilhamento de uma vida pautado no princípio de que o homem e a mulher foram feitos pela divindade para buscarem um ao outro (FOUCAULT, 2008, p.75). Ser virtuoso, nessa moral, não era algo bom a ser desejado somente para o sujeito em si, mas para que este servisse de modelo ao outro e a temperança e comedimento.

Essa nova estilística do casamento influenciada intensamente pelo estoicismo agora se assenta mais somente na utilidade do mesmo, nos seus fins práticos, mas se torna algo desejado. Para os estoicos, na realidade, o sujeito estava destinado a viver a dois; ele não seria completo e feliz de fato se não vivesse em conjunto com um parceiro

do sexo oposto. Casar-se também era um dever, mas seria mais bem cumprido se o fosse feito de maneira mais leve e prazerosa.

A respeito do casamento, para Soler “O fato de o sujeito estar casado significava a formação de um pacto que transcendia os limites do lar, já que ser um bom companheiro significava também o exercício de funções públicas honradas e virtuosas” (SOLER, 2010, p.72)

No estoicismo, o sujeito seria virtuoso e honrado não somente possuísse e praticasse essa virtude por si só, em seu íntimo, consigo mesmo, mas no seu trato com o outro e também nos seus cuidados enquanto esposo e provedor do lar, atencioso com a esposa e com os filhos. Ser virtuoso era ser um modelo para os outros.

A divindade, segundo Musonius Rufus (MUSONIUS apud SOLER, 2010, p.76) ao criar os seres humanos, fez a distinção entre os gêneros, classificando-os entre homens e mulheres, ambos sendo diametralmente diferentes entre si, e era necessário fazer surgir entre eles um desejo, a fim de que eles se unissem, mas este desejo não se limitava ao ato sexual em si, mas um forte sentimento que os inspiraria a compartilharem suas vidas e suas individualidades (SOLER, 2010, p.76).

O casamento e essa nova moral, em conjunto com a moral sexual romana, permeadas pelos ideais estoicos eram necessários não só por conta de sua utilidade e funcionalidade, mas significava um bem para os sujeitos, um anseio da alma; era de suma importância não ser útil apenas para aqueles que eram próximos, mas para todos de forma geral.

2.3 - A moral sexual romana

Para entender a moral sexual romana, um elemento importante é o conceito de *pudicitia* e seu contraponto, a *impudicitia*, comumente traduzido como “virtude sexual”. Ele não é o único termo relacionado à moral sexual; podem ser listados também os termos *castitas*, *sanctitas*, *abstinentia*, *continentia*, *verecundia*, *modéstia* (LANGLANDS, 2006). O termo *pudicitia* aparece muitas vezes em conjunto com qualidades como justiça, liberdade, paz e dignidade nos textos dos filósofos romanos (LANGLANDS, 2006). Ela é um conceito dotado de uma extensa polivalência, uma

pluralidade muito grande de significados e aplicações. Sendo um conceito específico dos romanos, o qual diz respeito a atributos e qualidades morais, podendo significar, dentre tantas outras significações: uma força moral que ajuda no autocontrole; um conceito que pode se relacionar, aproximadamente, com a ideia de vergonha, pudor, moderação, invocando um senso de moralização da sociedade; uma virtude heroica, ligada a coragem e ao senso de comunidade; um atributo físico, em contraste direto com a sensibilidade moral, associada com a pureza, o estado físico e a experiência e a vulnerabilidade aos atos físico, dentre tantos outros significados, nos mais diversos contextos culturais, sociais, políticos, etc. (LANGLANDS, 2006). A *pudicitia* faz parte de um modo muito próprio de pensar sobre o sexo e sobre ética (LANGLANDS, 2006).

Para Langlands,

The concepts of *fama* and *infamia* were also important cultural tools for the regulation of good behaviour. *Infamia* was the formal loss of good reputation (*fama*). It could be a consequence of conviction for certain types of crime, and had legal implications – the loss of reputation through shameful behaviour meant a legal stigma that deprived citizens of many of their legal privileges. Public behaviour was expected to be monitored by the moralising gaze of the community, and each individual to act in such a way that their *fama* was not tarnished. *Infamia* might also, more informally, arise from the disgrace incurred by the crime itself, again representing an internalisation of externally imposed rules (LANGLANDS, 2006, p.18).

Essa moral se configura em um aspecto importante na construção da sexualidade individual, servindo para delimitar características e posturas necessárias diante de si e dos outros. Segundo Langlands (2006), a moral sexual pode propiciar uma rica chance de entender a relação entre o lado público da virtude na sociedade romana e o desenvolvimento ético do sujeito. Todavia, a moral sexual não é somente sobre a prática sexual em si e os sujeitos da moral não são sempre homens fálicos; ela vai além das práticas, além do binômio atividade / passividade e além do desejo masculino de dominação. Ela vai ser fundamental também na percepção e construção das identidades sexuais pautadas nas diferenças entre os gêneros, contribuindo para a divisão sexual da sociedade.

Quanto à divisão sexual da sociedade, nos dizeres de Bourdieu

Arbitrária em seu estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas. (...) Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáfora (BOURDIEU, 1999, p.16).

É importante colocar que nessa moral sexual romana, ainda mais nesse contexto onde ela recebe influência estoíca, não se refere apenas ao ato sexual em si, mas ao sentimento. Ou melhor, por vezes o amor é relacionado tanto às emoções quanto a vida sexual ou ao desejo de ordem puramente sexual. A palavra “amor”, segundo Feitosa, recebeu significados que se relacionam com amizade, afeição, amor, paixão, desejo e ternura, sendo tanto representado algo como um amor por um amigo ou namorado, amor como desejo sexual, ou amor como solidariedade (FEITOSA, 2002.p.39).

Na interpretação de Galán (GALÁN apud FEITOSA, 2002, p.47), o amor é fundamental para o ser humano, o que pode ser visto em várias produções literárias, cartas e inscrições funerárias (GALÁN apud FEITOSA, 2002, p.47). Mas essas demonstrações que falam sobre o amor seriam isoladas, pois para os romanos, o sentimento amoroso era algo mais introspectivo (GALÁN apud FEITOSA, 2002, p.47).

Já para Robert (ROBERT apud FEITOSA, 2002, p.47), o amor, a paixão eram algo que sofriam com certa aversão por parte dos romanos, pois estes consideravam que tais sentimentos significariam uma falta de controle de si e um risco em se deixar submeter ao outro, um estado de vulnerabilidade que não era desejado.

Para ambos os autores, é muito clara a diferença entre o sentimento de amor e a prática sexual em si (FEITOSA, 2002, p.47). A diferença é que para Galán os romanos vivenciavam sim o amor, enquanto que para Robert o amor era inadequado e execrável.

Já para Grimal (1991, p.267), para além das relações de casamento serem pautadas em questões de ordem política e econômica, o amor integrava-se ao casamento, dando a entender que seria possível para os romanos conciliar o carinho, afeto e amor com a independência, a condição social e a racionalidade (FEITOSA, 2002, p.52). Mas ele salienta que para as elites romanas a questão do sentimento amoroso era bem peculiar, pois para as elites romanas, o sentimento amoroso seria algo

espiritual, um ato íntimo, subjetivo e introspectivo e também um compromisso duradouro para com o outro.

Para Cantarella (CANTARELLA apud FEITOSA, 2002, p.54), os valores sexuais e afetivos das elites romanas eram os padrões socialmente aceitos de modo geral na sociedade romana. Obviamente que esses padrões das elites não eram os únicos existentes e válidos na sociedade romana, mas serviam de exemplo geral para os valores e comportamentos éticos e amorosos. O amor dizia respeito tanto aos aspectos sentimentais quanto aos físicos. Para Cantarella (CANTARELLA apud FEITOSA, 2002, p.54) era muito favorável à existência de um afeto e ternura profunda entre os cônjuges, mas a paixão era destinada às relações fora do casamento. As práticas sexuais e afetivas das elites eram um modelo legítimo e razoavelmente aceito, mas existem desvios e exceções, existem outras formas de vivenciar o sexo e o amor na sociedade romana.

2.4 – Cidadania em de Roma

As distinções contidas nos respectivos contextos históricos são oriundas das próprias características particulares da vida cívica naquele momento histórico; a cidadania diz respeito não apenas comportamento, mas um dever e em determinados momentos, um estatuto jurídico. Cidadãos romanos pertencentes a ordens sociais diferentes, no Império, possuiriam direitos diferenciados, ainda mais se este cidadão pertencesse a uma ordem social superior.

Cidadãos são todos aqueles nascidos livres, que podiam pagar impostos, que podiam ser convocados em caso de guerra e que poderiam efetuar uma participação nas decisões políticas; ou seja, no caso, só os homens adultos. Desse modo, sua participação na vida da cidade transforma-o, numa perspectiva geral, em um sujeito de direito. A cidadania é também um modo de vida.

Cidadania é um conceito, uma concepção oriunda do conjunto dos cidadãos e para os romanos. Cidadania, cidade e Estado são uma coisa só e esta coletividade só existe se existirem cidadãos (FUNARI, 2003). Segundo Funari (2003), *Civis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro.

Ao lado do direito de cidadania, situa-se a própria noção de liberdade, vista como a não submissão ou sujeição à outra pessoa (FUNARI, 2003). No *Institutas* de Gaio, informa-se que, diante da lei, as pessoas são livres ou escravas; mais do que isso

Algumas pessoas são independentes (*personaes sui iuris*), outras estão submetidas a outrem (*alieno iuri subiectae*). Destas pessoas submetidas, algumas estão sob poder (*in potestate*), sob o domínio marital (*in manu*) ou sob servidão (*in mancipio*). Examinemos as pessoas submetidas pois, se soubermos quem é subordinado, saberemos quem é independente. Vejamos primeiro os que estão no poder de outrem. Os escravos estão no poder de seus senhores. Este poder baseia-se no direito dos povos (GAIO apud FUNARI, 2003, p.73).

Ganhar o estatuto de cidadão, em termos políticos e jurídicos, era objeto cobiçado, pois significava uma relevante maneira de ascender socialmente (FUNARI, 2003). Uma vez possuindo essa condição de cidadão, isso implicava em receber direitos e privilégio e também em cumprir deveres e obrigações.

De um modo ou outro, buscava-se uma imagem idealizada dessa época republicana. O Principado Romano “foi um mundo onde prevalecia a virtude cívica e militar” (NICOLET, 1992, p.22); virtude cívica essa vivenciada mais fortemente, como na época republicana, ou como um objeto já mais distante do contexto do Principado, mas que ainda constava como um objetivo a ser alcançado, dentro do imaginário romano.

Os romanos idealizavam a si mesmos, sublinhando um determinado modelo, pelo qual se forçavam a corresponder, ainda que apenas dentro de um discurso; ideal esse onde muitos de seus elementos encontram-se em seu passado. Ainda segundo Grimal,

É bem verdade que esta imagem idílica de um povo virtuoso, na qual se compraziam os próprios romanos e que eles julgavam ter correspondido aos primeiros tempos, não pode ter sido totalmente verdadeira. Mas também é verdade que os romanos sempre deram provas de elevadas exigências morais e que, tendo fixado um ideal de virtude, o remeteram para o passado, conferindo-lhe o valor de mito do qual se esforçavam por ser dignos (p.65, 1984).

A moral, então, seria a responsável por enunciar os elementos necessários “à manutenção da ordem em todos os seus domínios”(ROBERT apud MENNITTI, 2014, p.5). O *mos maiorum* já não se encontrava próximo dos romanos do Império, mas

continuou servindo de referencial para aqueles que faziam parte da elite romana (ROBERT, 1995).

Capítulo 3 – As mulheres de Roma

Neste capítulo, será falado sobre como se configuravam os casamentos em Roma, não só no aspecto jurídico e oficial, mas também no que diz respeito às práticas, condutas, comportamento e a moral que vigorava nesses casamentos nos discursos tradicionais, sejam eles historiográficos ou romanos e como essa realidade social se alterou com o advento do Principado. Faz-se aqui uma análise aprofundada das cartas de Plínio, o Jovem, abordando as temáticas do casamento e maternidade para a compreensão da construção dessas relações de gênero e determinação dos papéis sociais em Roma, agora fortemente influenciados pela moral estoica.

3.1 – Casamentos, maternidade e as representações sobre as mulheres ideais em Roma.

O casamento é uma instituição de grande relevância para a sociedade romana, sendo necessário para a preservação do patrimônio, a geração de novos cidadãos e base da estrutura social e política romana, um dever cívico e moral, sendo circunscritos aos cidadãos. Não somente dentro de determinadas fontes, mas também para a historiografia tradicional o casamento se resumiria a um contrato social, um acordo entre as famílias, onde o sentimento de amor não era imprescindível e também a mulher teria um papel menor, submisso e secundário. Todavia, outros estudos como o de Foucault (2008), (D'Ambra, 2007), entre outros, enunciam que no período do Principado, diversas transformações ocorrem, e com isso, as práticas e representações sobre as mulheres e o casamento sofrem mudanças.

O casamento era uma união legítima de indivíduos livres, entre um cidadão e filha de um cidadão. O casamento romano era, de um lado, um ato privado. Tratava-se de um ato não escrito, onde existia apenas um contrato de dote. Era também necessário saber se o casal havia se unido em núpcias legítimas, uma vez que o casamento criava efeitos de direito (VEYNE, 1990, p.93). Os filhos nascidos dessa união eram legítimos, assumindo o nome do pai e davam continuidade à linhagem, sendo herdeiros do patrimônio (VEYNE, 2008).

Um dos principais objetivos do casamento era o aumento e a continuidade do patrimônio; aumento esse que se dava, por exemplo, por conta do dote (VEYNE, 2008). O casamento era um dever do cidadão, que através dele perpetuaria o corpo cívico.

Nos primeiros anos, somente os cidadãos romanos tinham a autoridade de contrair matrimônio, *ius connubii* (o direito de casar). No início, a esposa (*uxor*) ficava totalmente sob a autoridade do marido (*maritus*).

Em primeiro lugar, o casamento submetia a mulher a uma completa dependência do marido. Através do matrimônio, *in manum (cum manum)*, a mulher passava diretamente das mãos do seu pai para às do seu marido, significava que a mulher ficava *loco filiae* do marido, de certa maneira irmã, e que o tinha sobre ela a autoridade de vida ou de morte.

Esse casamento era de caráter monogâmico. Porém, era dado ao homem o “direito”, a possibilidade de ter relações fora desse casamento, desde que não fossem com mulheres casadas. Este ato não era considerado adultério, mas sim uma prática que permitia manter intacta a ordem do casamento (VEYNE, 2008). Isto era algo que não era concedido à mulher.

Na historiografia tradicional, representada por Veyne e Finley, por um lado, o casamento era sim, uma ação contratual entre duas pessoas livres, com acordos feitos entre as famílias dos nubentes, um dever cívico do cidadão. Os sentimentos de amor, afeto e apreço mútuo eram, de certo modo, opcionais. O sentimento de amor era considerado uma fraqueza para o homem romano, pois o sujeito submeteria-se ao poder de outrem; os sentimentos poderiam perturbar-lhe a razão, a capacidade de domínio e controle. O “descontrole” de sua conduta privada poderia ecoar na sua conduta pública e cívica. Afinal, como aquele que deveria exercer controle e comando se deixava subjugar e submeter-se aos caprichos de uma mulher? A mulher não era mais do que um “objeto de ofício” do *pater familias*, cujo papel se restringiria a ter filhos, gerando cidadania e aumentando o patrimônio.

De acordo com Foucault (1997, p.7), era imposta aos cidadãos romanos, uma série de códigos e leis, de prerrogativas necessárias, incluindo-se costumes e condutas, para a sobrevivência e crescimento da sociedade. Nessa perspectiva, o casamento

serviria para a manutenção e enriquecimento dessa cidade. Contudo, diferentemente do que propunha Veyne (2008; 1990) e Finley (1990), o autor coloca (FOUCAULT, 1997, p.7) que o casamento não se restringia apenas às funções cívicas e familiares, de forma mecânica, mas tinha requisitos de comportamentos e atitudes para os cônjuges se conduzirem no casamento. Sendo uma sociedade patriarcal e masculina, o homem era o *pater familias*, o detentor da *pater potestas*, um poder político e moral dentro do casamento. O domínio de si, da esposa e do casamento era também uma demonstração de sua capacidade de poder político e bom cumpridor de seus deveres de cidadão.

Segundo Veyne (VEYNE, 2008, p.192), o marido considerava sua mulher como uma criatura menor, cuja função era personificar a instituição. À mulher também cabia uma cota de participação nesse dever cívico. Tratar bem a esposa não era um grande mérito, por ser considerado um elemento opcional. Plutarco refere que Catão, ao falar da influência e poder das mulheres na sociedade romana, disse que os romanos eram senhores do mundo e escravo de suas mulheres.

O casamento é necessário e importante não somente em termos culturais, mas também sociais, incluindo-se aí no direito público e privado romano, o qual, da visão da jurisprudência, o casamento romano fundamenta-se nas *iustae nuptiae*, ponto crucial para o estabelecimento do poder dentro do casamento, sob a forma do *cum manu* e *sine manu*, como já citados anteriormente (BASÍLIO, 1997, p.47).

A sociedade romana está assentada em uma desigualdade entre os gêneros. O poder sempre esteve distribuído de forma desigual, concentrando-se nas mãos dos homens. É o pai, o homem, o *pater familias* que detém um poder maior sobre si e os demais, sobre os assuntos da *urbs*, nas instituições como a religião, a política, educação, entre outros. Na documentação oficial, jurídica, a versão que se propaga é que só há lugar de fato para os homens, cabendo às mulheres permanecerem em segundo plano, exercendo papéis secundários e/ou restritos, sempre atreladas a uma figura masculina. Na historiografia tradicional, como Veyne, Finley, entre outros, levou-se em conta apenas os discursos difundidos por essas fontes oficiais, enxergando-se uma brecha para uma liberação maior da mulher apenas quando a legislação permite tal fenômeno.

Entretanto, essa “dominação masculina” não se instaura de modo homogêneo, absoluto. Através da análise das fontes literárias, como Plínio, o Jovem, assim como também o uso de um aporte teórico-metodológico diferente e uma sustentação dada por uma historiografia mais aberta e com novas abordagens, é possível perceber que esses poderes, os espaços e usos dos mesmos, no que toca ao papel, experiência e atuação das mulheres são maiores do que se costumava alegar. Nem sempre ela figurou ou figura no imaginário romano como um ser subjugado ou fraco e “monstruoso”, mas alguém passível de ser admirado, respeitado.

Juridicamente falando, a mulher está, de fato, em uma posição desprivilegiada (BASÍLIO, 1997, p.48). No que toca o campo do direito público, a mulher não possui três prerrogativas: ela não possui direito de voto nas assembleias e no senado (*ius suffragii*) ela não tem o direito de assumir cargos públicos, não pode ser encaminhada para se responsabilizar por uma magistratura (*ius honorum*), não pode fazer parte do exército (*ius militae*) (BASÍLIO, 1997, p.48). Por conseguinte ela é do ponto de vista do direito, excluída das funções civis, públicas e políticas, tendo em vista “que elas não podem atuar em assuntos contra o pudor de seu próprio sexo, a ponto de desempenharem ofícios viris” (ULPIANO apud BASÍLIO, 1997, p.48).

O espaço público é visto então, pelos discursos dominantes como pertencente e exclusivo dos homens, assim como as atividades existentes nele ,dado que o homem tem uma série de direitos e liberdades garantidos pelas leis, somente eles podem exercer uma participação política efetiva. O espaço público, nos discursos dominantes, além de ser atribuído aos homens, conteria funções e atividades pertinentes ao gênero masculino e só os homens seriam capazes de exercê-las. Assim sendo, de acordo com essa lógica, como a mulher não poderia ocupar cargos públicos ou atuar nos assuntos da cidade de maneira oficial, os espaços públicos não seriam apropriados para as mulheres.

Nos discursos dominantes, o papel da mulher estaria reduzido ao direito privado, no tocante à família e o poder é exercido pelo *paterfamilias*. O modelo tradicional família romana, que atravessou todo o período republicano e avançou pelo império é a *família agnaticia* (BASÍLIO, 1997, p.49). No seio dessa família exemplar, não existe a figura da *materfamilias* como legalmente reconhecida (BASÍLIO, 1997, p.49). A figura

feminina que possui um considerável status e respeito é a figura da *matrona*. A esposa em si é chamada de *uxor*, aliás, a esposa legítima do *paterfamilias*. A mulher, nessa concepção, está em uma constante relação de dependência.

Os diversos discursos existentes na sociedade romana, fortemente impregnados de uma lógica patriarcal e masculina, procuram estabelecer e fixar regras de conduta e comportamento, construindo e restringindo representações em todos os âmbitos da sociedade e das relações sociais, tendo grande influência na construção do imaginário sobre as mulheres e nas demais práticas sociais.

Entretanto, como será mais bem analisado nos tópicos a seguir, ainda que o pensamento social e cultural romano esteja ainda impregnado de uma retórica misógina, que ainda procurassem, em algum nível, atrelar as mulheres a uma figura masculina, a mulher era muito menos dependente do que afirmavam certas fontes e tampouco seus espaços estavam restritos ao âmbito do privado.

3.2 – Mulheres exemplares e suas representações em Plínio, o Jovem

Com as transformações políticas, sociais e culturais ocorridas durante o Império, as características do casamento romano se modificam, assim como os olhares sobre as mulheres também. Um bom marido deveria respeitar sua mulher e lhe nutrir algum afeto e consideração. Essa nova moral era fortemente difundida pelo estoicismo. Era o princípio de fazer com que dois sujeitos livres, dada a existência em conjunto, fazer desse convívio algo mais agradável, onde uma afeição sincera e durável selaria de fato e de vez essa união e lhe conferiria estabilidade e duração. A esposa passa a ser uma companheira desse homem. Ela era agora orgulhosa de sua origem nobre e ciente de seu papel e sua importância. É o ideal de um casal harmônico. A concepção de ternura entre esposo e esposa se intensifica e fortalece nessa Roma imperial. Era uma concórdia desejável.

Não se quer dizer aqui que não havia anteriormente que o casamento, uma moral do casamento e os comportamentos a ser adotados dentro do mesmo não existiam anteriormente, mas eles se configuravam de forma diversa e, passam, no Principado, a serem problematizados de forma diferenciada e com mais cuidado, de modo novo

(FOUCAULT, 2008, p.9). Mesmo tendo relação com a gestão da *domus*, a geração de filhos, a administração do patrimônio. Enfim, havia todo um conjunto de ações e funções sociais, passa a ser mais valorizado o elemento particular da relação pessoal entre os esposos, sobre os laços que os unem; ela não é mais um elemento secundário na ordem das coisas, mas fundamental na organização social, a qual depende da força e bom funcionamento dessa união.

Um exemplo disso é Plínio, o Jovem, em algumas de suas cartas destinadas à sua esposa, onde o mais importante era o apoio e afeto recíproco que os esposos se dão. Ele se preocupa em mostrar que nutre sentimentos, amizade, respeito e enunciar as virtudes de sua esposa.

É incrível o quanto eu sinto sua falta; tamanha é a ternura de minha afeição por você e o quanto estamos mal acostumados a nos separarmos! Eu permaneço a maior parte da noite conjurando sua imagem e durante o dia (para usar uma expressão não muito comum, mas verdadeira) meus pés me levam até o seu quarto, durante as horas que eu costumava te visitar; mas não te encontrando lá, eu retorno, tendo tanta tristeza e desapontamento, eu retorno desolado. O único momento no qual eu estou sozinho e me vejo livre desse tormento é quando estou cansado no Fórum pelas ações jurídicas de meus amigos. É para você julgar o que minha vida deve ser quando se encontra repouso do trabalho, o seu consolo em misérias e cuidados! (PLÍNIO, VII, 5).

Nesta carta que Plínio escreve a Calpúrnia, ele procura demonstrar a sua esposa a falta que sente da mesma quando não está junto dela. Ele está acostumado à presença constante de sua mulher a tal ponto que seu ser a busca mesmo quando se encontra distante dela e apenas encontra consolo quando está realizando suas atividades laborais, jurídicas, políticas. Ele procura deixar igualmente clara a importância de Calpúrnia, o tamanho e intensidade de seu afeto por ela. E também o quanto e como ele seria um bom esposo.

Fica evidente também, quando Plínio diz “meus pés me levam até o seu quarto, durante as horas que eu costumava te visitar (...)” (PLÍNIO, VII, 5), que há dentro da casa de Plínio um espaço próprio ou particular para Calpurnia. E, implicitamente, que esta permaneceria dentro do ambiente domiciliar enquanto o marido estaria ocupado com os assuntos da *urbs*.

Plínio demonstra, nesse caso, representa uma nova postura do homem romano das elites diante do casamento. Anteriormente, o casamento se restringia muito mais a um contrato social, tendo uma razão de existir e uma forma de ser praticado em uma determinada funcionalidade, e não havia em igual proporção e importância à busca por sentir afeto e apreço entre os cônjuges. Ambos deviam se tolerar e se respeitar, para tornar mais suportável a convivência.

Nessa nova dinâmica conjugal, quando o esposo (no caso Plínio), buscar deixar claro seu afeto e cuidado pela esposa, sugere que ela também nutre e deveria nutrir por ele o mesmo afeto e cuidado, ansiando por sua companhia e compreendendo os momentos em que este se ausenta do lar. Cabe a ela, então, permanecer no espaço privado da *domus*, mas ao mesmo tempo, estar informada do que se passa fora. Dessa forma, ela deve manter-se por dentro das atividades públicas do marido, o apoiar e incentivar. Cada um tem seu papel na casa, fora dela, na sociedade como um todo. Entretanto, a presença do outro e a vida em conjunto são imprescindíveis nessa nova ótica, não como algo obrigatório, mas como prática desejada para um bom casamento. Plínio nos dá a entender que a mulher, ainda que dentro do espaço privado, está ciente dos assuntos públicos e emite suas visões a respeito. Sua posição dentro da ordem da vida social era importante para a manutenção do bom funcionamento da mesma. Não somente dentro de uma atuação mais direta nos assuntos ditos públicos, mas sua postura dentro do casamento, enquanto instituição fundamental de Roma é necessária para contribuir, por tabela, o desenvolvimento da *urbs*.

Segundo Foucault,

Através dos textos estóicos dos dois primeiros séculos, vemos elaborar-se um certo modelo de relação entre esposos [...]. Mas procura-se, [...] definir um modo de coexistência entre marido e mulher, uma modalidade de relação entre eles e uma maneira de viver junto que são bem diferentes daquilo que era proposto nos textos clássicos” (FOUCAULT, 1997, p.12)

E ainda: “[...] o casamento não é mais pensado somente como uma forma matrimonial, fixando complementaridade dos papéis na gestão de casa, mas também sobretudo enquanto “vínculo conjugal” e relação pessoal entre homem e mulher” (FOUCAULT, 1997, p.12).

Vale salientar que a mulher, nessa nova moral de casamento influenciada pelo estoicismo, a mulher é vista como uma companheira, uma cúmplice, alguém digno de nota, porém ela ainda se encontra, em muitos momentos, próxima a uma figura masculina.

Essa nova dinâmica conjugal, recheada de afeto, amor, carinho, saudades e cuidados ficam novamente evidentes na carta que se segue:

Você me escreve para dizer que minha ausência te aflige muito e que tua única consolação é conversar com meus libelos, no lugar do autor, e colocá-los ao teu lado em meu lugar (no teu leito). Agrada-me que tu desejes a minha companhia, que tu relaxes diante de tais distrações. Tudo isso faz a tua ausência mais sentida. Quando as cartas de uma pessoa tem tanto encanto, o que dizer da doçura de sua voz? Escrevei-me o mais rápido possível, pois eu enfrento um misto de tormenta e de alegria quando recebo as tuas cartas. Adeus. (PLÍNIO, VI, 7).

Assim sendo, nessa representação pliniana sobre o casamento, fortemente influenciada pelo estoicismo, o intuito é trazer para o casamento não um determinado modelo, enquanto somente instrumentalização de uma moral para facilitar o convívio, mas uma estilística de existência (FOUCAULT, 1997, p.9). Dentro dessa concepção, a mulher (e também o marido), deve adotar uma postura mais condizente com a moral estoíca.. Apesar de ainda ter uma condições social com restrições e de certa forma ainda estar ligada à uma figura masculina, a mulher não é mais tão vista como um sujeito completamente inferior, fraco, sem a menor possibilidade de possuir força e virtudes e de participar na sociedade, mas como alguém também passível de qualidades, importância. Nessa visão estoica, a mulher é vista como companheira.

Ainda que haja certas limitações de sua atuação e seus espaços, a mulher passa a ser vista como peça fundamental dentro da instituição do casamento, para além da questão do cuidado do lar e da geração de filhos. Aliás, a própria questão do fato de ser mãe de um futuro cidadão romano, responsável em partes pelos cuidados e educação do mesmo deixa claro a sua relevância não só dentro do casamento em si, mas na sociedade, ressignificando o próprio espaço privado e atos aparentemente privados, como ser mãe e esposa. O espaço privado é também, de certa forma, político.

No trecho que carta que segue,

“Assim como você é um modelo de respeitosa afeição [...] Assim como você estimou a filha dele como se fosse a sua própria, exibindo diante dela não somente uma afeição de tia, mas até mesmo do pai o qual ela perdeu.[...]. Ela está se tornando digna de seu pai, digna de você, digna do avô dela” (PLÍNIO, IV, 19)

A mulher na concepção pliniana é dotada de tal potencial de afeto, cuidados e virtude, que é até mesmo capaz de servir e amar a filha de outra pessoa, no caso um parente, como se fosse a sua própria. Trata-se da necessidade de representar a mulher de outra forma, idealizada, de estender suas competências e habilidades maternas, cuidando inclusive daqueles que não pertencem diretamente à sua prole. Essa nova e diferente representação da mulher, dotada não só de virtudes, mas também de atributos intelectuais, coaduna com uma moral estóica revisitada, readaptada à realidade do Império.

Isso fica mais claro no trecho abaixo,

Ela é dotada de notável rapidez, assim como discrição, e ela me ama muito, o que é um símbolo de sua pureza. A isto se acrescenta um amor pela literatura, o qual é inspirado a partir de sua ternura por mim. (PLÍNIO, IV, 19).

O estoicismo torna-se uma ferramenta que possui utilidade prática e também se constitui como uma fonte de progresso moral (LUZ; VENTURINI, 2011, p.3). O cidadão romano, bem como aqueles que obtiveram o título de cidadão em um momento posterior de sua vida, deviam se portar publicamente de maneira austera, devendo ser dotados de moderação, parcimônia, autocontrole, virtudes, enfim, possuidores de uma moral exemplar. Suas atitudes, na vida pública e privada, inclusive com relação aos prazeres deviam estar carregadas destes princípios morais, de virtude e seriedade.

Isto contribui para desconstruir uma visão ainda bastante corrente de que os romanos seriam devassos, afeitos a “pornografia” e que Roma seria o paraíso da não repressão, onde tudo seria permitido e praticamente explicitamente. Obviamente que as interdições e repressões no que toca a sexualidade, amor, erotismo, moralidade, são bem diferentes das que ocorrem na atualidade. Contudo, isto não quer dizer que elas não ocorriam.

As representações femininas idealizadas de Plínio evidenciam uma dose de respeito, consideração e admiração pelas mulheres. Ele tem noção da importância das mulheres, qual o status social que as mesmas possuem, assim como o papel crucial que elas exercem.

Como a auto representação de Plínio, como ele se enxerga, influencia a representação que traz das mulheres. As cartas não são só endereçadas a alguém em particular, mas no mínimo a um círculo de pessoas. Enquanto homem romano das elites, comprometido com sua atuação política e com os deveres para com Roma, ele quer construir uma imagem de si como modelo de virtude. Isso pode indicar como as representações que faz querem construir um discurso de virtude, honras e atributos desejados para p cidadão e homem romano é estendido, de certa forma, às mulheres. É a mulher sendo usada para a definição do homem, além da sua própria definição (CARLON, 2009, p.12).

Nos últimos anos da República houve alterações nas condições femininas e estas passaram a ter mais direitos, pois agora elas também adquirem o direito ao divórcio e a gerir sua própria fortuna e ao enviudar casam novamente, tendo um pouco mais de liberdade nas suas ações e podendo até mesmo fazer alguns negócios.

Este passa a ser não só um vínculo jurídico ou uma obrigação social, mas uma estilística de existência (FOUCAULT, 1997). Sendo assim, as condutas e comportamentos exigidos para ambos os gêneros, modificaram-se ligeiramente, de acordo com certos discursos. Ainda que muitas vezes o discurso que imponha uma dominação masculina persista, a questão da reciprocidade dos afetos e fidelidades, do compromisso e partilhamento emocional com o outro fica um pouco mais clara. Mesmo que os papéis sociais de cada um sejam bem demarcados, a existência da amizade e carinho do outro deveria existir.

Ainda que no imaginário sobre a mulher, muitas vezes as representações tivessem transformações, colocando a mulher como um sujeito que também pode e tem virtudes, é digno de respeito e consideração, além de uma profunda admiração, já que sua importância e seu papel são mais reconhecidos agora, no interior das instituições, as representações, da mulher ideal, persistem no imaginário romano.

Na carta 16, do livro V, Plínio o Jovem relata a morte de Minicia Marcella às vésperas de seu casamento. Ele fala da jovem como alguém dotada de todas as virtudes necessárias para se tornar uma *materfamilias*:

Com apenas 14 anos já combinava a prudência de uma anciã (*anilis prudentia*), a seriedade de uma matrona (*matronalis gravitas*), a doçura de uma menina (*suavitas puellaris*), com a discreta inocência (*virginalem verecundia*).[...]Carregou sua última doença com paciência e resignação, com firmeza e verdadeiro valor (*temperantia, patientia, constantia*), obedeceu as ordens do médico, consolou aos seus pais. (Plínio, o Jovem, Livro V, carta 16, 4-5.)

As mulheres romanas casadas, educadas em castidade e pudor, viam sua sexualidade excessivamente reprimida e restrita à reprodução dentro do matrimônio. A homossexualidade ou a sexualidade não reprodutiva correspondiam ao mundo antagônico das mulheres ideais. O erotismo fora do âmbito de desejos do modelo feminino não fazia parte da esposa do *pater familias*, uma mulher casta, cuja vida pessoa deve ter pudor e prudência.

A *pudicitia* organiza e direciona tanto a moral e a sexualidade individual quanto os relacionamentos com as outras pessoas e com toda a sociedade. Até mesmo porque a moral e a ética são elementos a serem exibidos perante a sociedade. *Pudicitia* usualmente se trata da não participação em práticas sexuais proibidas, mas também se relaciona a outras ordens de virtudes.

O modo de se utilizar e se servir desses corpos, de se conduzir e comportar social e sexualmente são “a naturalização de uma ética” (BOURDIEU, 1999). A subjetividade presente nessas relações de podem tem também uma determinada objetividade.

Essa mulher, enquanto modelo desejável de virtude, mostrando, em conformidade com a moral estoica renovada, um considerável governo de si, e, mesmo que indiretamente, dos outros, é novamente evidenciada nesta carta de Plínio, onde ele conta que Fannia ficou seriamente doente:

...Apenas sua grande alma e espírito [...] manteve o vigor deles.[...] Que pureza a dela! Que santidade de vida! Que alma intrépida! Duas vezes ela seguiu junto com o marido para o exílio, e na terceira vez ela mesma foi banida, por causa do marido.[...] Ela era tão agradável, tão amigável e, em

resumo - o privilégio de apenas alguns poucos – tão amável quanto admirável.(PLÍNIO, VII, 19).

Nesta época, como cita Carcopino (1990), os casamentos eram baseados não no sentimento, mas na conveniência; no entanto, as mulheres já entravam no casamento em pé de igualdade moral e intelectual com o esposo, pois dispunham de dignidade e autonomia suficientes para criar a imagem de força de caráter tão venerada à época. Carcopino (1990) nos traz uma imagem de mulher diferente da mostrada durante a primeira moral, na qual a mulher era apenas mais um elemento da casa, trazida por Veyne.

Os novos costumes de casamento em Roma descritos por Carcopino (1990) e Foucault (2008) muito se distanciam do conceito trazido por Grimal (1984) de divino e sagrado, por Veyne (1990; 2008) e Finley (1990). Esses novos costumes tornaram-se responsáveis pela formação de mulheres bastante diferentes, como as descritas por Plínio, o Jovem.

No Principado, cabe lembrar que as visões sobre as mulheres romanas dentro do casamento se modificam consideravelmente. Contudo, isso não se deu por conta simplesmente por causa de uma mudança no estatuto jurídico das mesmas e sobre o casamento. As mulheres eram antes simplesmente colocadas como secundárias, sem relevância (VEYNE, 2008; 1990), mas agora têm sua importância e papel mais reconhecido dentro dessa instituição (FOUCAULT, 1997). Torna-se mais interessante nesse momento que o casal romano construa uma política de afeto e compaixão mútua, a fim de preservar o casamento e fazer do convívio conjugal algo mais agradável. A mulher passa a ser vista não mais como alguém dominador e controlado, conforme se acreditava anteriormente, pronta a usurpar a paz do marido, mas sim como uma companheira, digna de tal posição.

Plínio intenciona com suas cartas a construção de um modelo comportamental, através de suas descrições e prescrições, de membros honoráveis, de pessoas em posição de destaque e também das mulheres. Isso se coaduna e se alinha com a idealização do *optimus princeps* (CARLON, 2009, p.12). Ele quer remodelar seu presente, sua condição e posição social dentro de Roma.

A esse respeito, na referida carta abaixo, Plínio mostra algumas das ações que sua esposa Calpúrnia tomava, nos espaços públicos e privados romanos,

Ela lê os meus trabalhos, os meus estudos e até mesmo os conhece de cor. O quão grande é a sua ansiedade ao me ver indo falar no tribunal, e o quão grande é a alegria dela quando eu falei! Ela envia mensageiros para que possam informar a ela quais favores e aplausos eu estimei, e qual o resultado o julgamento. Depois, onde quer que eu declame algo, ela se senta próxima, e capta tudo com ouvidos ávidos, as aprovações dadas à mim (Plínio, IV, 19)

Calpúrnia está ciente dos trabalhos, estudos e cartas do esposo e de todas as suas atividades públicas. Ela é letrada e dotada de um grande apreço pela literatura e não apenas tem conhecimento de todo o seu trabalho, como emite suas posições e influencia na elaboração dos mesmos. Calpúrnia quando não comparece pessoalmente em certos lugares, acompanhando de maneira bem próxima as atividades públicas do esposo, encontra meio, mesmo se encontrando no espaço privado, de estar presente e ciente do que ocorre na vida pública e, quando possível, tomar parte dos mesmos.

Outro caso em que as mulheres deveriam configurar como esposas exemplares, sendo esta uma prática crucial para a o correto funcionamento da instituição do casamento está presente na carta abaixo:

Caecina Paetus, o marido dela, ficou doente, e seu filho ficou doente também, ambos, e ao que parece, até a morte. O filho morreu, uma juventude de notável beleza, e tão modesto quanto belo, um não menos querido para seus pais por outras considerações, do que pelo fato de ele ser seu filho. Ela fez arranjos para o seu funeral, conduzindo tudo de modo de que o marido não soubesse de tudo isso (PLÍNIO, III, 16).

A esposa, neste excerto, mostrou uma conduta louvável e exemplo. Ela seria um modelo de virtude em que, a despeito da própria dor pela perda do filho, e o trabalho ao cuidar dele e também do marido, cuidou de tomar todas as providências necessárias para o funeral do filho, mantendo a discrição e o sigilo, poupando o marido de receber prematuramente a notícia, sofrer toda a dor da perda e ainda ter de empreender todas as ações necessárias para velá-lo, ainda mais estando doente.

Ela demonstra então, ser dotada de uma enorme nobreza de caráter e espírito, suportando por hora a própria dor e se coloca como responsável por todas as providências para o funeral. Ao contrário de alguns discursos presentes em Roma, que as mulheres seriam seres frágeis, fracos, egoístas, incapazes de conter as suas emoções,

a mulher se coloca na carta de Plínio como alguém forte, resiliente, dotada de uma enorme nobreza, sendo capaz de suportar temporariamente a própria dor, em favor da dor do marido e também resguardando suas emoções para que as atividades necessárias a ser realizadas fossem devidamente cumpridas sem prejuízos.

Nesta carta, particularmente, fica evidente que, ainda que as mulheres não dispusessem de participação “oficial” nas funções e espaços públicos, elas possuem sim, por diversas vezes, participação política. Ela, tendo conhecimento dos eventos que ocorrem na vida em sociedade, cria meios, dentro das possibilidades disponíveis, de influenciar decisões, acontecimentos, ações. Além de que elas buscam estar cientes de quem é aprovado, o quanto, como e onde, e tendo isso em mente, descobrem meios de participar e exercer influência no decorrer dos fatos.

Pode-se dispor, a partir desse pensamento, que havia uma linha muito tênue que separava o público do privado em Roma. As relações sociais em Roma eram intensamente pautadas na relação entre clientes e patronos, o que fazia com que os setores públicos e privados se misturassem.

Para Basílio,

É que, em todos os níveis, aquela relação permeia todas as outras relações, podendo-se afirmar até que ela é filtrada pelo profundo significado que a cidadania tem para o romano. Isso quer dizer que a relação clientela-patronato, que passa pela cidadania, pressupõe vários componentes de outra relação implícita naquela – a da cidadania-riqueza-, indispensável para a discussão sobre a mulher na sociedade romana.(BASÍLIO, 1997, p.24).

Desse modo, é possível evidenciar que os espaços públicos e privados em Roma efetuam constantes trocas e diálogos, já que para ocorrer uma maior projeção na cena pública, a cidadania ser mais ativa e corpo social ter uma boa “saúde”, é necessário que os indivíduos e os grupos cumpram com seus papéis na sociedade, marcando presença e tecendo ações nos espaços públicos (FOUCAULT, 2008). É necessário também, nessa perspectiva e para esse fim, que as condutas e comportamentos individuais e das variadas categorias de pessoas obedeçam a um conjunto de normas e princípios.

Nessa perspectiva, a vida em sociedade funcionaria como um corpo, “organicamente” constituído, onde tudo funciona de maneira coerente e harmoniosa (FOUCAULT, 2008). A organização das estruturas sociais depende das atitudes

daqueles que fazem parte delas. As condutas e comportamentos individuais e dos diversos grupos dentro da sociedade devem, teoricamente, corresponder às expectativas.

Ao contrário do que aponta a historiografia tradicional, não é somente o homem a peça-chave no corpo social. As mulheres romanas representadas por Plínio, inseridas nesse contexto, também teriam sua parcela de responsabilidade social e política e até mesmo certa atuação pública, ainda que não por meios oficiais. Mesmo suas funções dentro do lar, suas funções enquanto mãe e esposa não são de enorme relevância no tecido social e não simplesmente papéis acessórios e complementares.

3.3 As mães de Plínio

Dentre as categorias femininas representadas por Plínio, estão as mulheres enquanto mães. Fora os seus papéis de esposas em si, essas mulheres deviam ser legalmente casadas, nesses casos representados por Plínio, para serem mães e darem a luz a cidadãos legítimos.

Na carta III.16 de Plínio, já citada aqui anteriormente, quando o filho de *Caecina Paetus* adoece e morre, afora o fato dela cuidar de todos os detalhes do funeral do filho, inclusive para que o marido sofra menos, após tomadas todas as providências necessárias ao cumprir magistralmente seu papel de esposa, as lágrimas as quais ela conteve a estavam ferindo muito irromperam e ela deixou o quarto onde estava o filho. Depois de tudo resolvido, ela se permitiu então, se entregar à sua própria dor, porém não sob o olhar dos demais, perante os quais procurou se manter forte, para confortá-los e diminuir a dor deles.

Em outra carta, em que Plínio escreve para Calpúrnia Hispulla, ele cita uma sobrinha dela, a qual ela estimou e educou como se fosse sua própria filha:

Nem qualquer outra conduta convém a alguém que recebeu sua educação em suas mãos, que tem sido formada por seus preceitos, e que em sua residência tem assistido a nada além de sua pureza e honra, e que, por fim, tem crescido acostumada a me amar, através de suas recomendações sobre mim. (PLÍNIO, IV, 19).

Nessa carta, no trecho onde há uma passagem onde se cita Calpurnia Hispulla e sua sobrinha, é possível vislumbrar minimamente a construção das relações de gênero entre as mulheres.

Calpúrnia Hispulla, dada sua posição enquanto mãe, esposa e mulher mais velha que sua sobrinha, exerce sobre ela certa autoridade e poder. Toda a educação que Calpúrnia recebeu, muitas das virtudes que adquiriu, das lições que aprendeu e os futuros comportamentos e condutas que ela tem em relação ao marido se deu através dos ensinamentos e do exemplo de Calpúrnia Hispulla. Sua pureza e honra foram transmitidas à sobrinha, todos os valores e princípios corretos e bons foram transmitidos por ela.

É interessante perceber que mais uma vez a virtude da pureza e honra está presente, é exigida dessas mulheres em Plínio, seja enquanto esposas, seja enquanto mães. Aqui fica explícita, segundo representou Plínio, a importância da mãe na educação dos filhos e filhas romanas, notoriamente no caso das filhas, já que estas, enquanto mulheres, ao contrário dos homens, receberão toda a sua educação no ambiente privado, do lar.

Aqui fica explícita a magnitude do papel das mulheres enquanto mães, sendo esse um papel que extrapola os limites e conceitos do que seriam os espaços privados em Roma, já que as mães são responsáveis em grande parte por muitos dos valores e princípios necessários para o bem-estar do corpo social, tão caros aos cidadãos e futuros cidadãos e cidadãs romanas. A moral, a honra, a virtude, a nobreza de caráter e espírito, a austeridade, a força são competências úteis e convenientes ao exercício da cidadania e da participação política. Do mesmo modo as boas condutas e comportamentos nos espaços privados e na vida são “cobrados” também, de certa forma, diante dos espaços e vida pública.

Considerações finais

A literatura, conquanto seja um dos discursos existentes na sociedade, nos possibilita compreender a construção do universo simbólico romano no que toca as percepções de construções de gênero. Ela é um campo profícuo para o reconhecimento das representações do feminino. Entretanto, a própria produção literária é transpassada pelas relações de poder entre os gêneros, não ficando isenta de conter os princípios e valores sociais romanos.

A literatura romana do Principado, aqui representada por Plínio, o Jovem, deixa bastante evidente um lugar comum naquela sociedade: ela é majoritariamente produzida por homens. São raríssimos os registros de mulheres romanas que escreveram, o que dificulta o ponto de vista das mesmas sobre suas experiências. Por outro lado, isso deixa bastante explícita a hierarquização entre os gêneros, a qual o masculino costuma ser colocado como dominante e privilegiado. Ou seja, o gênero masculino buscou muitas vezes se legitimar através dos discursos, silenciando o gênero feminino ou tolhendo-lhes o local de fala e o protagonismo das representações de si.

O gênero masculino, ainda que empreenda uma tentativa de dominação, é influenciado pelas categorias do feminino, que por sua vez sofre influência do masculino. O que isso quer dizer é que as representações masculinas do feminino permitem entrever possibilidades de experiências e condições desse feminino. Contudo, o que se deve ter em mente é que as mulheres não necessariamente correspondem às essas representações, nem sempre se enquadram no que as normatividades lhes exigem, ao menos parcialmente.

Essas normatividades são repletas dos valores morais propostos pelo estoicismo, que já era conhecido dos romanos na época do Principado, mas se torna mais presente nesse momento. Essa moral se torna mais interiorizada, mais participante na construção das subjetividades das mulheres e homens romanos. Mas também contribuirá na sistematização de questões de ordem objetiva e prática da sociedade romana, visto que vai direcionar as condutas e comportamentos das pessoas que fazem parte das instituições.

As mulheres romanas, nos discursos tradicionais, sejam eles aqueles oriundos das fontes ou da historiografia contemporânea, muitas vezes eram vistas não como seres individuais, com características ou elementos próprios, mas como alguém sempre vinculado a uma figura masculina e/ou como mãe, esposa, filha de algum homem. As leis apareceram muito frequentemente como uma ferramenta de manutenção dessa assimetria entre os gêneros, legitimando uma posição social inferiorizada. Dentro de certos discursos que se pretendem dominantes, havia a ideia que primava pela diferenciação de papéis por sexo, delegando ao gênero feminino o espaço doméstico, objetivando retirar a mulher da esfera pública, considerada o lugar dos homens. Há então uma mistificação da feminilidade, na qual a realização da mulher romana seria a dedicação à esfera privada e a obediência aos padrões de uma mulher dita ideal.

Entretanto, como já foi dito, o que é público e privado em Roma é maleável, demarcado por uma linha tênue e permeável, além do fato de que não se pode considerar que há uma hierarquia de valor no qual um seria mais importante. Aliás, esse “rebaixamento” da esfera privada se dá por conta também, do fato dele ser vinculado às mulheres, que por sua vez são postas numa condição de inferioridade.

Tornou-se imperante questionar, nesta pesquisa, o pensamento tradicional de que as vivências e experiências da esfera privada não são produtoras de valor social, cultural e político. O espaço privado também é de certa forma, público e político. O espaço privado possui também uma relevância social considerável, constituindo-se em uma das células de organização da vida em sociedade e atravessada pelas questões da esfera pública, assim como a esfera pública também dialoga com o privado. Isso se torna mais claro à medida que nota-se que a conduta dos sujeitos na esfera privada seria de certa forma, um indicativo das capacidades e potencialidades de ação na esfera pública, como pode ser analisado nas cartas de Plínio, o Jovem.

Isso se torna fundamental na proposição de uma visão de quebra e ruptura do papel social das mulheres romanas, contrariando a historiografia tradicional. Concebe-se também que estas atuavam na esfera pública, que tinham atuação política, não de maneira oficial, direta, tampouco ocupando cargos políticos e afins, mas assistindo determinadas reuniões, opinando e influenciando opiniões, como foi apresentado na

documentação analisada. Seu próprio papel enquanto mãe, esposa e gestora do lar não é somente uma função privada, mas vincula-se, ainda que indiretamente, com o espaço público, além de ter também, ao seu modo, uma conotação política. Mas a desmistificação entre o público e o privado mostra que os mesmos aparentam ser algo restrito, isolado, entretanto se colocam como uma experiência coletiva, consolidando-se como uma possibilidade de transformação, ruptura, resistência.

As mulheres em Plínio são vistas com admiração, respeito, tendo seu espaço e valor reconhecidos e julgando como desejável uma maior participação nos espaços privados e nos espaços públicos, o que coadunava com essa nova realidade presente no contexto do Principado.

Em Plínio pode-se perceber uma intertextualidade e interdiscursividade, ainda que indireta, com outras obras literárias romanas, no que toca à construção de uma figura feminina idealizada. Ele procura representar os quesitos necessários para a construção desse imaginário sobre o feminino, e essa mulher idealizada é uma mulher dotada de grandes qualidades morais. Termos como virtude, castidade, seriedade, honra são alguns dos quais interagem, ainda que não de forma direta, com outros textos e discursos na sociedade romana, que impõem e cobram dessas mulheres uma caracterização idealizada, a fim de que elas também se subordinassem à cidade.

A construção de um ideal de mulher não se vincula “apenas” à mentalidade masculina, que se pretende firmar como discurso dominante, não é somente uma relação de poder entre os gêneros masculino e feminino, mas entre as diversas dimensões e categoriais do feminino, como pode ser brevemente notado na passagem de Plínio, o Jovem, na qual ele cita a influência da Calpurnia Hispulla na construção da subjetividade de sua sobrinha.

O que se pode perceber, ao contrário daquilo que foi afirmado por vezes na historiografia tradicional aqui representada nas figuras de Veyne e Finley, é que o poder e suas relações com a sexualidade e os gêneros não se encaixam apenas dentro de um sistema ou caráter jurídico, não está vinculado apenas às questões oficiais, relacionadas às instituições, por assim dizer, formais da sociedade e/ou da lei. Na vida privada, nas relações interpessoais, na literatura, enfim, nas questões, digamos “informais” da

sociedade e/ou da lei existem alternativas diferentes de experiências e condições femininas, um pouco maiores e mais abertas, flexíveis, onde seria possível à essas mulheres participarem mais ativamente da sociedade romana.

REFERÊNCIAS

FONTES

PLINE LE JEUNE. LETTRES, Tome I, Livres I-III. Texte établi et traduit par H.Zehnacker. Paris, Les Belles Lettres, 2009.

PLINE LE JEUNE. LETTRES, Tome II, Livres IV-VI. Texte établi et traduit par H.Zehnacker. Paris, Les Belles Lettres, 2011.

PLINE LE JEUNE. LETTRES, Tome III, Livres VII-IX. Texte établi et traduit par H.Zehnacker. Paris, Les Belles Lettres, 2012.

PLINY THE YOUNGER. *Letters*. Trad. W. M. L. Hutchinson. Londres: Loeb Classical Library, 1952, v. V

TEXTOS CONTEMPORÂNEOS

ANDRADE, Marta Mega de. *O Tempo e os Outros: ensaio sobre História e Alteridade*. *Boletim do CPA (UNICAMP)*, Campinas, v. 17, n. jan--jun, p. 7--30, 2005.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, n. 117, p.127-147, Nov.2002.

BASÍLIO, Valéria Cristina. *A mulher em Roma: a condição feminina na literatura pliniana*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, 1997.

BIAZOTTO, Renata Lopes. *O viver urbano em Roma: uma leitura de Plínio o Jovem e Marcial*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, 1993

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Prefácio de Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilian Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOCK, Gisela. História, *História das Mulheres, História do Gênero*. Penélope. Fazer e Desfazer História, nº 4, Nov.1989.

BONDIOLI, Nelson de Paiva. Religião romana nas fronteiras da romanidade: um estudo sobre a construção e manutenção de identidades romanas durante o Principado Júlio-Claudiano. Tese (Doutorado em História). Assis, 2014.148f.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: algumas considerações*. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. (O que falar quer dizer). São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Trad.: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUENO, Cléria M.L.B. *O papel das representações sociais e da educação para o desenvolvimento da identidade de gênero*. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum 2006; 16(3):92-103.

CANTARELLA, E. *Pandora's Daughters – The Role & Status of women in Greek & Roman Antiquity*. Baltimore: John Hopkins, 1989.

CARCOPINO, J. *A vida quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Trad. Hildegard Feist São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARLON. *Pliny's Women*. Cambridge University Press. 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Butrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. Trad. de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Revista Estudos Avançados 11, ano 5, 1991.

_____. *Debate: Literatura e História*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, nº1., 1999, pp.197-216.

CITRONI, Mario (Dir.).CITRONI, M.;CONSOLINO,F.E.;LABATE, M.;NARDUCCI (orgs.).*Literatura de Roma Antiga*. Co-autores da tradução: Margarida Miranda e Isaiás Hipólito. Revisão da tradução: Walter de Sousa Medeiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.1286p.

COELHO, Kamilla Cristina Souza França. A representação e o real em Michel Foucault. *revLet – Revista Virtual de Letras*, v. 03, nº 01, jan./jul, 2011

CORASSIN, Maria Luiza. *A Reforma Agrária na Roma Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

D'AMBRA, E. *Roman Women*. Cambridge: University Press, 2006.

DAUPHIN et. al. *A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres :ensaio de historiografia*. GÊNERO. *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero -*

NUTEG V.2-N. 1. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30. Trad.: Rachel Soihet, Rosana.M.

Alves Soares, Suely Gomes Costa.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Homens e mulheres romanos: o corpo, o amor e a moral segundo a literatura amorosa do primeiro século d.C (Ovídio e Petrónio)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, SP: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, 1994. 97f.

_____. *Amor e Sexualidade no popular pompeiano: uma análise de gênero nas inscrições parietais*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002. 185f.

_____. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino nos grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume - FAPESP, 2005. 168 p.

_____. *História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2003, n. 13. pp. 101-115.

_____. *Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008. Editora UFPR.

_____. *Masculino e Feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero*. In: CANDIDO, Maria Regina (org.). *Mulheres na Antiguidade: Novas Perspectivas e Abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; Gráfica e Editora – DG Ltda, 2012.

FINLEY, M. *As mulheres silenciosas de Roma*. In: *Aspectos da Antiguidade*. Trad. Eduardo Saló. Portugal: Edições 70, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A mulher / os rapazes: História da sexualidade* (extraído da História da sexualidade v.3). Tradução: Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e João Augusto G. Albuquerque. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 174 p.

_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução: Maria Theresa da Costa Albuquerque. Revisão técnica: José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ªed., 1985. 232 p.

_____. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução: Maria Theresa da Costa Albuquerque. Revisão técnica: José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ªed., 1985.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, revisão e introdução técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 295 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma: vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, 1993.

_____. *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989. 58

_____. *A cidadania entre os romanos*. In: PINKSKY, Jaime; PINKSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003

_____. *Romanas por elas mesmas*. In. *Cadernos Pagu*, nº 5, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, FEITOSA, Lourdes Conde e SILVA, Glaydson José da. *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

GARDNER, J.F. *Family and familia in Roman Law and Life*. Oxford, 1998.

GIARDINA, Andrea (org.). *O Homem Romano*. Tradução: Maria Jorge Vilar Figueiredo. Lisboa: Presença, 1992.

GONÇALVES, Claudiomar dos Reis. *O público e o privado na historiografia sobre Roma Antiga*. Revista *Pyrenae* Núm. 31-32, anos 2000-2001, pag.75-88.

GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na antiguidade*. Lisboa: Europa-América, 1995. p. 17 – 40.

_____. *O amor em Roma*. São Paulo: Martins fontes, 1991.

GRUBS, J. Evans. *Women and the law in the Roman Empire: A sourcebook on marriage, divorce and widowhood*. Routledge, London, New York.

GUILLEMIN, A.M. *Pline e La Vie Littéraire de Son Temps*. Les Belles Letres, 1929.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Trad: Mário Vilela. Revisão Técnica: Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

KEITH, A.M. *Sex and gender*. In: HARRISON, Stephen (ed.). *A Companion to Latin Literature*. Ed.Blackwell Publishing, 2003.

KING, Helen. *Preparando o terreno: sexologia grega e romana*. Roy Porter e Mikulás Teich (orgs.)In: *Conhecimento sexual, ciência sexual. História das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo:EDUNESP,1998.

HABERMAS, Jürgen, 1986 [1962], *L'Espace Public. Archéologie de la publicité*

comme dimension constitutive de la société bourgeoise, Paris, Payot.

LANGLANDS, Rebecca. *Sexual Morality in Ancient Rome*. Cambridge University Press, 2006.

LÓPEZ, C. M. *Las mujeres en el mundo antiguo. Una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas*. In: MAMPASO, M. J. R. et alli (Ed.). *Roles sexuales. La mujer en la historia y la cultura*. Madrid: Clasica, 1994.

LUZ, Camila Santiago; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *O pensamento estóico e sua importância para a formação do homem romano do século I d.C.* VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais – Trabalhos Completos. 2007.

MAINGUENAU, Dominique. *Discurso Literário*. Trad: A.Sobral. São Paulo, Contexto, 2009.

MARTINS, Moisés de Lemos. *Espaço público, vida privada*. Revista Filosófica de Coimbra - n.º 27 (2005) pp. 157-172.

MASSEY, Michael. *As mulheres na Grécia e Roma antigas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização*. Anais de 16º Cole. 2007.

MUHANA, Adma Fadul. *O gênero epistolar: diálogo per absentiam*. Discurso (31), 2000, p.329-345.

OLIVEIRA, Andrea Lúcia Dorini. *Poder e Mito: o Principado na Literatura Latina (Tácito, Suetônio e Plínio o Jovem)*. Assis, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

PANTEL, P. *A história das mulheres na Antiguidade, hoje*. In: PERROT, M; DUBY, G. *História das Mulheres no ocidente*. trad. M.H. Cruz Coelho Porto: Afrontamento, 1990.

PARATTORE, E. *História da literatura latina*. trad. Manuel Losa Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

PARRA, Amanda Giacon. *A variedade de temas em Marcial e a possibilidade de análise das religiões estrangeiras*. VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais e I Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais. 2003

_____. *Os discursos acerca das religiões em Roma no Principado: diálogos entre Marcial e Juvenal*. Anais do XXI Encontro Regional de História – ANPUH-SP, Campinas, setembro de 2012.

_____. *As religiões em Roma no Principado: Petrônio e Marcial*. Dissertação (mestrado em História). Assis, SP: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, 2010. 145f

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Revista História, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2005.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *Escrever a história das mulheres*. In: PANTEL, Pauline Schmitt (Dir.). *História das Mulheres no Ocidente, vol.I: Antiguidade*. Trad.: Alberto Couto, Maria Manuela Marques da Silva, Maria Carvalho Torres, Maria Teresa Gonçalves e Teresa Joaquim. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1993.

PESAVENTO, Sandra J. *Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário*. In: Revista Brasileira de História, v.15, nº29. São Paulo, 1995.

PINKSKY, Jaime (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Renato. *Dois Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese (Doutorado em História) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

POMEROY, S. *Goddesses, Whores, Wives and Slaves – Women in Classical Antiquity*. Baltimore: John Hopkins, 1987.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.)- *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (O Homem e a História).

RICHLIN, Amy. *Arguments with silence. Writing the History of Roman Women*. The University of Michigan Press, 2014.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani .*O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1992.

SANFELICE, Pérola de Paula. *Vênus e Marte: amor e sexualidade em conflito na história antiga*. NEARCO Revista Eletrônica de Antiguidade.

SCHEID, J. *Estrangeiras indispensáveis: Os papéis religiosos das mulheres em Roma*. In: PERROT, M; DUBY, G. *História das Mulheres no ocidente*. trad. M.H. Cruz Coelho Porto: Afrontamento, 1990.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SILVA, Lorena Pantaleão da. *Rindo do sagrado: as práticas religiosas femininas nas obras de Juvenal e Petrônio (séc.I-II d.C.)*. Dissertação (mestrado em História). Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2011.122f.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. *Michel Foucault e o cuidado de si: desdobramentos históricos e desterritorialização da subjetividade*. São Paulo: Baraúna, 2010.

SOUZA, Daniel A. de. *Práticas políticas e o mos maiorum no Principado Romano: uma leitura de Plínio, o Jovem*. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006

TIN, Emerson. *Ler correspondência: (um) modo de fazer*. XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética. 18 a 22 de julho de 2011 UFPR – Curitiba, Brasil

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Estoicismo e imperius: a virtus do homem político romano*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 33, n. 2, p. 175-181, 2011

_____. *A virtus e o mos maiorum do príncipe ideal no Panegírico de Trajano*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 2, n. 6, jul./dez. 2013. p.23-40.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto; Costa, Alex Aparecido da. *A imagem do príncipe ideal: as virtudes do imperador romano na concepção pliniana*. Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.16, nº3, setembro/dezembro, 2012, p.971-995, UEM.

VEYNE, P. *O Império Romano*. In.: ÁRIES, Pierre; DUBY, Georges. (orgs.) *História da Vida Privada Vol. I*. Trad. de H. Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *Sexo e poder em Roma*. Prefácio: Lucien Jerphagnon. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 253 p.